

UNIVERSIDADE PAULISTA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM COMUNICAÇÃO

NAS RUAS E NAS REDES:
Ativismo e Ecologia da Comunicação na
Marcha Mundial das Mulheres

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Universidade Paulista, para obtenção do título de Mestre em Comunicação.

MARIA APARECIDA LADEIRA DA CUNHA

São Paulo
2015

UNIVERSIDADE PAULISTA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM COMUNICAÇÃO

MARIA APARECIDA LADEIRA DA CUNHA

NAS RUAS E NAS REDES:
Ativismo e Ecologia da Comunicação na
Marcha Mundial das Mulheres

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Universidade Paulista, para obtenção do título de Mestre em Comunicação, sob a orientação do Prof. Dr. Jorge Miklos.

Área de Concentração: Comunicação e Cultura
Midiática

Linha de Pesquisa: Contribuições da Mídia
para Interações entre Grupos Sociais

São Paulo

2015

Cunha, Maria Aparecida Ladeira da.

Nas ruas e nas redes: ativismo e ecologia da comunicação na Marcha Mundial das Mulheres / Maria Aparecida Ladeira da Cunha - 2015.

104 f.: il. color.

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Universidade Paulista, São Paulo, 2015.

Área de Concentração: Comunicação e Cultura Midiática.
Orientador: Prof. Dr. Jorge Miklos.

1. Cibercomunidade. 2. Ecologia da comunicação. 3. Mídia radical. 4. Novos movimentos sociais. 5. Feminismo. 6. Marcha Mundial das Mulheres. I. Miklos, Jorge (orientador). II. Título

MARIA APARECIDA LADEIRA DA CUNHA

**NAS RUAS E NAS REDES:
Ativismo e Ecologia da Comunicação na
Marcha Mundial das Mulheres**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Universidade Paulista, para obtenção do título de Mestre em Comunicação, sob a orientação do Prof. Dr. Jorge Miklos.

Aprovada em: ____/____/____

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Jorge Miklos (Orientador)
Universidade Paulista – UNIP

Prof. Dr. José Eugênio de Oliveira Menezes
Faculdade Cásper Líbero

Prof. Dr.^a Simone Luci Pereira
Universidade Paulista – UNIP

Às mulheres da minha vida, Mãe e irmãs queridas.
Exemplos de determinação que, em suas lutas diárias, ensinaram-me a buscar a
realização dos meus sonhos e fazer a vida valer a pena!

AGRADECIMENTOS

Ao meu amado filho João, meu “parceirinho” de todas as horas, que, a sua maneira, aprendeu a dividir minha presença e atenção com livros e cadernos de anotações.

Ao meu esposo Felipe, pela motivação e parceria. A realização do meu sonho de Mestrado só foi possível graças a sua ajuda nos cuidados com nosso filho.

À minha mãe Dárcia, minha base, meu exemplo de vida, que nos ensinou desde pequenos a valorizar o que tínhamos e a buscar nos estudos as possibilidades de crescimento.

Aos meus irmãos André, Adriana e Cecília, e aos irmãos “emprestados” Ilsete, Carlos Eduardo e Joaquim, por todo o incentivo, por toda fé depositada em mim. Espero poder retribuir de alguma forma toda esta força que me deram.

Agradeço também a minha nova família: sogro, sogra, cunhados, avós e tios, por me ajudarem nos momentos em que precisava dedicar-me aos estudos.

À Associação Educacional Dom Bosco, por todo o apoio e incentivo aos meus estudos, e a toda a equipe do Núcleo Integrado de Comunicação, pela cumplicidade e parceria na realização das atividades.

Aos amigos e colegas de trabalho que acompanharam de perto esta trajetória, especialmente nos momentos mais críticos. “Um passo de cada vez!” Esta frase me acompanhará por toda a vida!

Aos meus queridos alunos das Faculdades Dom Bosco, por estimularem muitas das ideias presentes aqui nesta pesquisa.

A CAPES/PROSUP, por acreditar e apoiar financeiramente minha pesquisa.

Aos profissionais da Universidade Paulista, em especial à Prof.^a Dr.^a Malena Contrera, por compartilhar de uma forma divertida e generosa o seu rico conhecimento, e ao querido Marcelo Rodrigues, sempre solícito e comprometido na resolução dos nossos problemas.

Ao Prof. Dr. Milton Pelegrini, meu primeiro orientador, e à Prof.^a Dr.^a Monica Martins, por fazerem parte do grande momento de iniciação à pesquisa. Obrigada por me apresentarem muitos dos autores que serviram como guia nesta pesquisa. E um agradecimento especial pela oportunidade de fazer parte da Revista Nhengatu.

À querida Patrícia Rodrigues, militante da Marcha Mundial das Mulheres, por sua paciência e riquíssima contribuição para esta pesquisa.

E para finalizar, um agradecimento muito especial ao caríssimo orientador e amigo, Prof. Dr. Jorge Miklos, por ser essa luz na vida de seus orientandos. Obrigada por sua generosidade, paciência e palavras de incentivo, principalmente nos momentos mais difíceis.

“Falar da mulher, em termos de aspiração e projeto, rebeldia e constante busca de transformação, falar de tudo o que envolva a condição feminina, não é só uma vontade de ver essa mulher reabilitada nos planos econômico, social e cultural. É mais do que isso. É assumir a postura incômoda de se indignar com o fenômeno histórico em que metade da humanidade se viu milenarmente excluída nas diferentes sociedades no decorrer dos tempos.”

(Maria Amélia de Almeida Teles)

RESUMO

Esta pesquisa versa sobre as relações entre Comunicação, Cibercultura e os Novos Movimentos Sociais, em particular o movimento feminista. Nesse quadro temático, o objeto de estudo coincide com o recorte específico da Marcha Mundial das Mulheres (MMM) e suas ações nas ruas e nas redes sociais telemáticas. O objetivo é esquadriñar a diversidade identitária desse sujeito coletivo (movimento feminista), a transversalidade nas demandas por direitos, a participação política das organizações em rede e, finalmente, as formas de ativismo e de empoderamento por meio de articulações midiáticas. Com base em tais elementos, o problema de pesquisa diz respeito justamente à questão de que modo a MMM se apropria das mídias no intuito de promover o processo de mobilização, participação e compartilhamento de informações e como esses meios se integram e se transformam quando empregados pelo movimento. A hipótese principal é que a MMM se apropria dos meios de comunicação, sejam elas de caráter primário, secundário ou terciário (segundo a teoria da mídia de Harry Pross, 1972) em busca de maior visibilidade, mobilização e engajamento para a discussão de suas pautas, construindo assim experiências de mídia radical (segundo Downing, 2004) no caminho de uma ecologia da comunicação (de acordo com Vicente Romano, 1993). Os procedimentos metodológicos envolveram pesquisa bibliográfica com acompanhamento e reflexão crítica de processos, em atendimento ao perfil exclusivamente teórico da pesquisa. A articulação temática entre Comunicação, Cibercultura e Novos Movimentos Sociais foi cumprida com base no referencial epistemológico das teorias da comunicação, da mídia e dos movimentos sociais contemporâneos. Entre os autores estudados destacam-se Eisler (2007), Scherer-Warren (2011), Castells (1999; 2003; 2013), Moraes (2008), Downing (2004), Pross (1972; 1997), Romano (1993; 1998; 2004), Baitello Jr. (2005; 2010) e Miklos (2014). Conclui-se sobre a importância da complementaridade nos espaços que compreendem redes e ruas, visto que o ciberespaço proporciona facilidades na produção e compartilhamento de informações, mas a necessidade de convívio e proximidade torna-se essencial para o fortalecimento dos vínculos comunicacionais.

Palavras-chave: Cibercomunidade; Ecologia da Comunicação; Mídia Radical; Novos Movimentos Sociais; Feminismo; Marcha Mundial das Mulheres.

ABSTRACT

This research deals with the relationship between Communication, Cyberculture and New Social Movements, particularly the feminist movement. In this thematic framework, the object of study coincides with the specific focus of the World March of Women (WMW) and their actions in the streets and telematic social networks. The goal is to scan the identity diversity of this collective subject (feminist movement), the transverse nature of demands for rights, political participation of network organizations and finally forms of activism and empowerment through media joints. Based on these elements, the research problem concerns precisely the question of how the MMM appropriates the media in order to promote the process of mobilization, participation and sharing of information and as such means are integrated and transformed when used by movement. The main hypothesis is that the MMM appropriates the media, whether they are primary, secondary or tertiary (according to media theory of Harry Pross, 1972) in search of greater visibility, mobilization and engagement to discuss their agendas thus building of radical media experiences (according to Downing, 2004) in the way of communication ecology (according to Vicente Romano, 1993). The methodological procedures involved with accompanying literature and critical thinking processes, in compliance with exclusively theoretical profile of the research. The thematic link between Communication, Cyberculture and New Social Movements was fulfilled based on the epistemological framework of theories of communication, media and contemporary social movements. Among the authors studied stand Eisler (2007), Scherer Warren (2011), Castells (1999; 2003; 2013), Moraes (2008), Downing (2004) Pross (1972; 1997), Romano (1993; 1998; 2004) Baitello Jr. (2005; 2010) and Miklos (2014). It is concluded on the importance of complementarity in the spaces comprising networks and streets, as the cyberspace provides facilities for the production and sharing of information, but the need for interaction and proximity becomes essential to strengthen communication links.

Keywords: Cyber Community; Communication Ecology; Radical Media; New Social Movements; Feminism; World March of Women.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Vênus de Willendorf	21
Figura 2 - Reunião da Marcha (2003)	35
Figura 3 - Ação da MMM em 2004	36
Figura 4 - Batucada no dia 8 de março de 2005	37
Figura 5 - Marcha em 8 de março de 2006	38
Figura 6 - Fuzarca Feminista em ação, em 8 de março de 2013	39
Figura 7 - Reunião de Planejamento para a 4ª Marcha Mundial das Mulheres	40
Figura 8 - Divulgação da Exposição “Feminismo em marcha”	42
Figura 9 - Página oficial da SOF – Sempre Viva Organização Feminista	43
Figura 10 - Formação do Núcleo ABC/SP da Marcha Mundial das Mulheres	44
Figura 11 - Coletivo de comunicadoras da Marcha Mundial das Mulheres	45
Figura 12 - Matéria publicada no Portal Terra sobre as ações de protestos no Dia Internacional da Mulher, em 08 de março de 2014	60
Figura 13-Logotipo da Marcha Mundial das Mulheres, em 2000	62
Figura 14 - 2.ª Marcha Mundial das Mulheres, em 2005	63
Figura 15 - A Colcha da Solidariedade	64
Figura 16 - Chamada para a 3.ª Marcha Mundial das Mulheres, em 2010	65
Figura 17 - 3.ª Marcha Mundial das Mulheres, em 2010	66
Figura 18 - Encontro de Formação durante a 3.ª Marcha Mundial das Mulheres	68
Figura 19 - Divulgação do 9.º Encontro Internacional	70
Figura 20 - Batucada Feminista	71
Figura 21 - Operação Lambe-Lambe no período da Copa do Mundo, em 2014	73
Figura 22 - Operação Lambe-Lambe	74
Figura 23 - Lista de E-mails	83
Figura 24 - Blog da Marcha Mundial das Mulheres	85
Figura 25 - <i>Post</i> no <i>Facebook</i> sobre a legalização do aborto	86
Figura 26 - <i>Fanpage</i> no <i>Facebook</i>	87

Figura 27 - Página do <i>Twitter</i>	88
Figura 28 - <i>Youtube</i>	89
Figura 29 - Rádio <i>Web</i> MMM	90
Figura 30 - <i>Post</i> convocando para ação nas ruas	91
Figura 31 - <i>Banner</i> de divulgação do Butecodas Mina	92
Figura 32 - Divulgação do Rolê Colaborativo para 4ª ação da MMM	94

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	11
1. MULHERES EM MARCHA	16
1.1. Raízes do Patriarcado	19
1.2. Feminismo em movimento	26
1.3. A Marcha Mundial das Mulheres	33
1.3.1. A Marcha e a SOF	41
1.3.2. A Marcha e o ABC	43
1.3.3. O Coletivo de Comunicadoras	44
2. A MARCHA NAS RUAS	48
2.1. Comunicação e Mobilização Social	48
2.1.1O corpo como mídia	49
2.1.2Ecologia da comunicação	52
2.2. Novos espaços de representação e resistência	53
2.2.1Mídia Radical	56
2.3. A Marcha Mundial das Mulheres nas ruas	59
2.3.1. As marchas internacionais	62
2.3.2. Os encontros internacionais	67
2.3.3. Batucada Feminista	71
2.3.4. Lambe-lambe	72
3. MULHERES EM REDES	75
3.1. Sociedade e mobilização em rede	75
3.1.1. Ciberativismo	77
3.1.2. Ciberfeminismo	79
3.2. Redes de resistência.....	80
3.3. A Marcha Mundial das Mulheres nas redes	83
3.3.1. Lista de E-mails	83
3.3.2. Blogs.....	84
3.3.3. Facebook.....	86
3.3.4. Twitter.....	88
3.3.5. Youtube.....	89
3.3.6. RádioWeb	90
3.4. Entre redes e ruas	91
3.4.1. #ButecoDasMina	92
3.4.2. Outros eventos	93
CONSIDERAÇÕES FINAIS	96
REFERÊNCIAS	99

INTRODUÇÃO

Atualmente assiste-se à eclosão de diversas revoltas e protestos em todo o mundo: Egito, Tunísia, Primavera Árabe, Islândia, os indignados na Espanha, os movimentos *Occupy* nos Estados Unidos, os protestos e manifestações de junho de 2013 em todo o Brasil. Embora marcados por contextos diferentes, os movimentos estão articulados por uma crise semelhante: a incredulidade nas instituições políticas tradicionais e a busca por novas formas de participação na vida política e engajamento social. Esses movimentos de resistência e pressão engendram novas formas de ocupação do espaço público urbano, criam tempos e espaços próprios, são destituídos de uma liderança única e vertical, de uma linha programática monolítica e, fundamentalmente, se valem da comunicação como estratégia de luta.

Observa-se a capacidade dos atores sociais, conscientes e críticos, de desafiar o poder embutido nas instituições da sociedade recriando formas de contestação. As novas práticas de participação que utilizam a comunicação em sua diversidade midiática são observadas como instrumentos de interação social.

Motivada pelas questões que envolvem a dinâmica conexão existente entre estes espaços de resistência e contestação, esta pesquisa busca compreender a forma como a comunicação se estende entre ruas e redes telemáticas, apoiando os movimentos sociais, tornando-os visíveis para uma parte expressiva da sociedade.

A escolha por um movimento social feminista contemporâneo tem razões específicas. A primeira delas é o fato de se enquadrar como novos movimentos sociais, que tem como característica a descentralização do poder e organização em redes. A outra razão é justamente estimular a reflexão crítica sobre a construção social da hierarquia entre os sexos, analisando a rebeldia presente em uma pequena parcela da sociedade, que não aceita a condição subalterna e busca desenvolver discussões que favoreçam a emancipação das mulheres.

A última e não menos importante motivação é contribuir para o campo das produções científicas sobre o feminismo, assunto esse ainda tão pouco trabalhado no Brasil. De acordo com o Banco de Teses do Portal Capes, em 9 de janeiro de 2015, foram registradas, até o ano de 2011, 117 pesquisas, incluindo mestrado e doutorado, em 26 áreas distintas, sobre o assunto feminismo. Quando o recorte é

feito para a área de Comunicação, das 1.430 teses e dissertações depositadas, apenas uma contempla este tema.

Busca-se na presente pesquisa apresentar a Marcha Mundial das Mulheres, no contexto dos movimentos sociais contemporâneos e esquadrihar a diversidade identitária dos sujeitos coletivos, a transversalidade nas demandas por direitos, as formas de ativismo e de empoderamento por meio de articulações em rede e a participação política das organizações.

A Marcha Mundial das Mulheres, que teve início no dia 8 de março de 2000, com uma grande mobilização que reuniu mulheres do mundo todo em uma campanha contra a pobreza e a violência, organizada a partir do chamado “2000 razões para marchar contra a pobreza e a violência sexista”, teve como inspiração uma manifestação realizada em 1995, em Quebec, no Canadá, quando 850 mulheres marcharam 200 quilômetros, pedindo, simbolicamente, pão e rosas, como metáfora para o fim da fome e da violência. A ação marcou a retomada das mobilizações das mulheres nas ruas, fazendo uma crítica contundente ao sistema capitalista.

A Marcha visa a construção de uma perspectiva feminista, afirmando o direito à autodeterminação das mulheres e à igualdade como base de uma nova sociedade. Para tornar visíveis suas causas, o coletivo organiza diversas ações presenciais como encontros de formação, sendo alguns de caráter internacional, organização de grupos como a Fuzarca Feminista, Batucada Feminista, encontros semanais com cobertura nas redes sociais telemáticas chamados de #ButecoDasMina, além das Marchas Internacionais, que são realizadas a cada cinco anos.

O objetivo desta pesquisa é analisar a forma como o ativismo contemporâneo se beneficia das diversas formas de comunicação e sua inter-relação entre as ações presenciais e à distância, em busca de empoderamento por meio de articulações midiáticas.

As relações entre Comunicação, Cibercultura e Novos Movimentos Sociais são apresentadas por meio de uma análise cujo enfoque é centrado no movimento social feminista, sobretudo no estudo do coletivo da Marcha Mundial das Mulheres, com sede em São Paulo (SP) e suas ações nas ruas e nas redes sociais.

Para esta análise, foi desenvolvido um panorama das relações sociais e feministas com a mídia, destacando as mídias radicais, de caráter contra-hegemônico, visto que as tradicionais já possuem suas próprias pautas midiáticas.

De acordo com o contexto apresentado, o problema de pesquisa concentra-se na questão de que modo a Marcha Mundial das Mulheres se apropria das mídias tradicionais e/ou alternativas para promover o processo de mobilização, participação e compartilhamento de informações e como esses meios se integram e se transformam quando empregados pelo movimento.

As ferramentas de comunicação sempre fizeram parte dos processos de mobilização social, seja nos encontros, nas panfletagens ou em outro meio alternativo. Com o surgimento da Internet e suas inúmeras vantagens no que diz respeito à produção e compartilhamento de conteúdo de forma gratuita, os movimentos sociais passaram a aproveitar os benefícios da comunicação em redes telemáticas para divulgação de suas ações e pautas.

Observa-se a relevância do espaço público e o papel da proximidade entre os militantes para que o processo de comunicação e vinculação de fato aconteça. Para Castells (2013, p. 16), na sociedade atual, “o espaço público dos movimentos sociais é construído como um espaço híbrido entre as redes sociais da Internet e o espaço urbano ocupado”. É necessário conectar o ciberespaço com o espaço urbano para que exista a interação e a constituição de comunidades. Castells (2013) defende que a autonomia da comunicação é a essência dos movimentos sociais, ao permitir que o movimento se forme e se relacione com a sociedade, resistindo ao controle dos detentores do poder sobre o poder da comunicação.

O ponto de partida desta dissertação é uma breve revisão histórica da situação das mulheres, utilizando autores como a socióloga e ativista social austríaca Riane Eisler (2007), em busca de uma visão mais abrangente do papel feminino desde os tempos arcaicos. A antropóloga Cynthia Sarti (2001) ajuda a compreender de forma objetiva o percurso do feminismo no Brasil, tendo início no Governo Militar nos anos de 1960 e 1970, e grande influência francesa, vinda por meio da troca de experiências das militantes brasileiras exiladas na Europa.

Para compreender os novos movimentos sociais, a pesquisa usou como norte o material produzido pela socióloga Ilse Scherer-Warren (2011), pioneira no Brasil a tratar o conceito de redes de movimentos sociais, que debate e analisa a mudança desse novo formato de organização e Jorge Miklos (2014), que articula os temas comunicação, comunidade e mobilização social, apresentando suas características de comunhão e compartilhamento de ideais.

O primeiro capítulo se encerra apresentando o surgimento da Marcha Mundial das Mulheres, no ano 2000, e seus principais feitos até o ano de 2014, cujo momento é de preparação para a quarta edição, que acontece a cada cinco anos. As informações referentes ao movimento foram extraídas dos endereços eletrônicos na Internet, documentários e entrevistas com algumas ativistas da Marcha.

Para análise da atuação da Marcha e suas formas de engajamento e mobilização social, os capítulos dois e três abordam os conceitos de comunicação, sob a luz da Teoria da Mídia, de Harry Pross (1972) e Ecologia da Comunicação, de Vicente Romano (1993).

A pertinência em se estudar a comunicação a partir da perspectiva da Ecologia da Comunicação, de Vicente Romano, está no desenvolvimento de uma teoria em que todos os aspectos, tanto os quantitativos quanto os qualitativos, e tudo o mais que venha a afetar a qualidade de vida se tornam relevantes. A teoria proposta por Romano estabelece uma ponte entre a Teoria da Mídia, de Harry Pross, e a Ecologia Humana, num cenário em que os seres humanos se veem obrigados cada vez mais a se adaptar à técnica e não mais à natureza e as intervenções técnicas do ser humano não se limitam à biosfera. Elas também afetam a sociosfera e o ambiente de comunicação.

Pross (1972) defende que a comunicação começa e termina no corpo. Sendo assim, o principal e único responsável pela comunicação primária é o próprio corpo, seja pelo olfato, pela visão, pelo paladar, pelo toque ou audição. As formas de comunicação, tanto primária quanto secundária, são analisadas por meio das ações presentes nas ruas, encontros, reuniões, confecção de cartazes, organização de manifestos, batucadas, reforçando os laços de proximidade e vinculação.

A mídia terciária, que, por sua vez, precisa de aparatos tanto do lado do emissor, quanto do receptor, exemplificada pelas mídias eletrônicas e de rede, é analisada no terceiro capítulo.

Tendo como ponto positivo o encurtamento do espaço e as facilidades no transporte físico da mensagem e instantaneidade na transmissão das informações, a comunicação em rede tem se apresentado como uma forte ferramenta de apoio aos ativistas, chamada de ativismo digital ou ciberativismo. Para tratar desse tema, são utilizados como referência Malini e Antoun (2013), Castells (2013) e Moraes (2008).

Mesmo apresentando problemas como a aceleração do tempo e das sincronizações sociais, a partir do ponto de vista da Ecologia da Comunicação

(ROMANO, 1993), o ativismo digital já se tornou uma poderosa ferramenta de articulação e visibilidade dos movimentos.

As ações realizadas nas redes sociais telemáticas pela Marcha Mundial das Mulheres fecham a dissertação, apresentando as formas como estas ajudam a tornar visíveis as questões discutidas pelo coletivo e as ações realizadas nas ruas, em uma relação de complementaridade.

Espera-se que esta pesquisa contribua para a análise sobre as formas de empoderamento dos novos movimentos sociais pelas ferramentas de comunicação, responsáveis pelo processo de vinculação e proximidade, por meio de processo colaborativo de produção e compartilhamento de conteúdo e reflexões, que tornam visíveis as mais diversas causas e questionamentos.

1. MULHERES EM MARCHA

“Não se nasce mulher, torna-se.” (Simone de Beauvoir)

O presente capítulo apresenta uma breve revisão do percurso histórico da situação da mulher e suas lutas, com destaque para o feminismo no Brasil, indo ao encontro do surgimento da Marcha Mundial das Mulheres no século XXI.

Publicado em 1949, *O Segundo Sexo*, de Simone de Beauvoir, escritora, filósofa e feminista francesa, fez, neste livro, uma profunda análise do papel da mulher na sociedade, considerado um marco fundamental no pensamento feminista do século XX, provocando a reflexão sobre temas como gêneros e desigualdades construídas em função das diferenças entre os sexos.

Ao discutir sobre as razões históricas e os mitos que fundaram a sociedade patriarcal e a forma como tratam a mulher como um segundo sexo, Beauvoir provoca a busca pela distinção entre a construção do gênero e o sexo dado e apresenta a impossibilidade de se atribuir às mulheres certos valores e comportamentos sociais como biologicamente determinados. Para Beauvoir, o sexo é natural e o gênero é socialmente construído como algo que se impõe à mulher, assumindo assim um aspecto de opressão.

Enquanto o sexo é definido biologicamente e portanto é um aspecto físico, singular e fixo, o gênero é uma construção sócio-histórico-cultural, mutável, plural e que se define e organiza e se realiza em instâncias específicas e demarcadas pelas interações sociais. Entretanto, essa condição muitas vezes não é representada dessa forma, mas aparece no conjunto das representações sociais de papéis e identidades como naturalizada e definida pela natureza (MIKLOS, 2011, p. 7).

Miklos (2011, p. 7) afirma que para compreender mais claramente a situação da mulher na sociedade é preciso levar em consideração que “as relações sociais e de poder são construídas socialmente. O ser humano é um ser social, um ser de relações e de interações”. O autor defende que o ser humano se constrói mediante um processo de socialização, em que se definem os papéis sociais, em especial, os de homens e mulheres.

O feminismo, movimento social caracterizado pela associação e não pela violência, tem como objetivo lutar pelos direitos e proteção das mulheres na

sociedade, desde o direito ao voto, à propriedade, às questões trabalhistas, até mesmo o direito ao seu próprio corpo, o que incluiria o atual debate sobre o aborto e os direitos reprodutivos, proteção à violência doméstica, assédio sexual, dentre outros.

Para Trat (2009), o que permite caracterizar o movimento feminista como movimento social é a sua duração. “Quaisquer que sejam as intermitências da mobilização, as mulheres não cessaram de lutar coletivamente desde a Revolução Francesa” (TRAT, 2009, p. 149).

Esse movimento se enraíza nas contradições fundamentais da sociedade, nascidas tanto do desenvolvimento do capitalismo como da persistência até hoje da dominação masculina, que se exprime na divisão social e sexual do trabalho. As mulheres se mobilizaram ora em nome da igualdade, ora em nome de suas diferenças, sempre contra as injustiças de que eram vítimas, reclamando ao mesmo tempo o direito ao trabalho, à educação, ao voto e também à maternidade livre desde o começo do século XX. Elas sempre reivindicaram sua identidade como seres humanos e sua liberdade (TRAT, 2009, p. 152).

Valek (2014), em artigo publicado no Blog “Escritório Feminista”, apresenta uma lista de ideias e pautas sobre “o que as feministas defendem”:

- Mulheres são pessoas. Portanto, merecem direitos iguais;
- Mulheres devem ganhar salários iguais aos dos homens no desempenho da mesma função;
- Mulheres não devem ser discriminadas no mercado de trabalho e suas oportunidades não devem ser limitadas aos papéis de gênero que a sociedade impõe sobre elas;
- Não é obrigação da mulher cuidar da casa, dos filhos e do marido. Os afazeres domésticos e cuidado com as crianças devem ser de igual responsabilidade para homens e mulheres;
- Nenhuma mulher é uma propriedade. Nenhum homem tem o direito de agredir fisicamente ou verbalmente uma mulher, ou ainda determinar o que ela pode ou não fazer;
- O corpo da mulher é de direito somente da mulher. A ela cabe viver a sua sexualidade como bem entender, decidir como vai

dispor de seu corpo e da sua imagem, com quem ou como vai se relacionar;

- Qualquer ato sexual sem consentimento é estupro. Nenhum homem tem o direito de dispor sexualmente de uma mulher contra a vontade dela;
- Nunca é culpa da vítima;
- Assédio de rua é uma violência. A mulher tem o direito ao espaço público (e também ao transporte público) sem ser constrangida, humilhada, ameaçada e intimidada por assediadores;
- A representação da mulher na mídia não pode nos reduzir a estereótipos que nos desumanizam e ajudam a nos oprimir;
- Mulheres não são produtos. Não podem ser tratadas como mercadoria, isca para atrair homens, moeda de troca ou prêmio;
- A representação das mulheres deve contemplar toda a sua diversidade: somos negras, brancas, indígenas, transexuais, magras, gordas, heterossexuais, lésbicas, bi, com ou sem deficiências. Nenhuma de nós deve ser invisível na mídia, nas histórias e na cultura;
- A voz das mulheres precisa ser valorizada. A opinião das mulheres, suas vivências, ideias e histórias não podem ser descartadas ou consideradas menores pelo fato de serem mulheres;
- O espaço político também é um direito da mulher. Devemos ter direito ao voto, a sermos votadas, representadas politicamente e a termos nossas questões contempladas pelas leis e políticas públicas;
- Papéis de gênero são construções sociais e não verdades naturais e universais. Nenhum papel de gênero deve limitar as pessoas, homens ou mulheres, ou ainda permitir que um gênero sofra mais violência, seja mais discriminado, tenha menos direitos e considerado menos gente;
- Mulheres trans são mulheres e, portanto, são pessoas. Todas as pessoas merecem ter sua identidade respeitada;
- Se duas mulheres decidem viver juntas (ou dois homens), isso não é da conta de ninguém e o Estado deveria reconhecer legalmente essas uniões;

- Não existe tal coisa como “mulher de verdade”. Todas as mulheres são bem reais, independente de se encaixar em algum padrão;
- Mulheres não existem em função de embelezar o mundo. Muito menos em função da aprovação masculina;
- Amar o próprio corpo e se sentir bem com a própria aparência não deve depender dos padrões de branquitude e magreza que a sociedade racista e gordofóbica determinou como “beleza”;
- Mulher não “tem que” nada, se não quiser. Isso vale para ser amável ou falar palavrão, fazer sexo ou não fazer, se depilar ou não depilar, usar cabelo grande ou curto, encontrar um homem ou ficar solteira, sair com vários caras ou preferir mulheres, ter filhos ou não ter, gostar de maquiagem ou não. (VALEK, 2014)

Para melhor entender o feminismo e sua dimensão, é preciso fazer um breve retorno aos tempos arcaicos para discutir e contextualizar alguns conceitos como patriarcado, por tratar-se de uma pauta que atravessa os movimentos feministas, desde a sua militância nos anos 1970, em que todas as causas se apresentam como resistência ao regime patriarcal.

1.1. Raízes do Patriarcado

Segundo o dicionário Houaiss¹ (2003), o verbete patriarcado vem da combinação das palavras gregas *pater* (pai) e *arkhe* (origem e comando). Patriarquia, segundo o Dicionário de Sociologia (1997, p. 170), refere-se a um “sistema social no qual sistemas familiares ou sociedades inteiras são organizados em torno da ideia de domínio do pai”.

A palavra patriarcado representa “uma formação social em que os homens detêm o poder, ou ainda mais simplesmente, o poder é dos homens. Ele é, assim, quase sinônimo de ‘dominação masculina’ ou de opressão das mulheres” (DELPHY, 2009, p. 173).

¹ Versão eletrônica.

Em oposição ao conceito de patriarcado, a sociedade matriarcal concentra-se no papel de liderança e poder da mulher, especialmente das mães, em uma comunidade.

Segundo o Dicionário de Sociologia (1997), o conceito de matriarquia consiste em:

Um sistema social organizado em torno do princípio de dominação da mãe. Uma vez que a mãe é um status familiar, o conceito aplica-se principalmente a sistemas familiares, embora, em sociedades tribais onde família e sociedade constituem a única e mesma coisa, possa aplicar-se também à estrutura de poder nesse nível. Em sociedade onde a família é uma instituição relativamente sem importância, dedicada acima de tudo ao entendimento de necessidades pessoais, a dominação feminina na sociedade em geral assumiria a forma de ginocracia – governo de mulheres (JOHNSON, 1997, p. 140).

Não há indícios consistentes que comprovem a existência de uma sociedade ou sistema familiar matriarcal, embora exista “crescente prova arqueológica de que, durante muitos milhares de anos, nas eras paleolítica e neolítica, as sociedades eram ginocêntricas”, isto não significaria a dominação das mulheres sobre a sociedade como um todo (JOHNSON, 1997, p. 141).

A hipótese de uma sociedade matriarcal surgiu em 1861, com o suíço Johan Bachofen. Segundo Delphy, ele postulava sobre “a existência de um direito materno que teria sido substituído pelo direito paterno, explicitamente chamado por Bachofen de patriarcado” (DELPHY, 2009, p. 174).

Com a descoberta da Civilização Minoica², em 1901, pelo arqueólogo Arthur Evans, a existência de sociedades matriarcais e as divindades femininas, passaram a ser reconhecidas. A descoberta de uma grande quantidade de estatuetas femininas conhecidas como Vênus ou Estatuetas de Vênus, fez fortalecer e identificá-la como uma representação de uma deidade feminina.

² A Civilização Minoica tinha como base a religião cretense, que se baseava nas adorações às divindades femininas. Muitas outras civilizações apresentaram e/ou ainda apresentam características de uma sociedade matriarcal: Celta, Ilha de Malta, Elan. Na América do Sul, por exemplo, as índias que dominavam a região próxima ao Rio Amazonas – as icamiabas – eram riquíssimas em ouro. O nome “Amazonas” – nome dado às mulheres guerreiras pelos gregos – foi dado em homenagem a elas, após terem derrotado invasores espanhóis, em 1541.

Figura 1 - Vênus de Willendorf³



Fonte: Clube da Arte Escolar (2013)

Preservada no santuário de uma caverna por mais de vinte mil anos, uma figura feminina nos fala da mente de nossos primeiros ancestrais ocidentais. Ela é pequena, entalhada em pedra: uma das chamadas estatuetas de Vênus, ou Vênus esteatopígeas, encontradas em toda parte na Europa pré-histórica. Descobertas em escavações que se estendem por uma grande área geográfica - dos Balcãs no leste europeu até o lago Baikal na Sibéria, e a oeste de Willendorf perto de Viena, chegando até Grotte de Pape na França, essas estatuetas foram descritas por alguns estudiosos como manifestações do erotismo masculino, ou seja, a versão pré-histórica da revista Playboy dos nossos tempos. Para outros estudiosos, essas estatuetas são apenas objetos usados em ritos de fertilidade primitivos e presumivelmente obscenos. Mas qual é, de fato, o significado dessas esculturas primitivas? Poderiam realmente ser descartadas como meros "produtos da imaginação masculina degenerada"? Será que *Vênus* é o termo apropriado para descrever estas figuras de quadris largos, por vezes grávidas, altamente estilizadas e frequentemente sem rosto? Ou será que essas esculturas pré-históricas nos dizem algo importante sobre nós mesmos, sobre mulheres e homens que certa vez veneraram o poder universal de gerar a vida? (EISLER, 2007, ps. 39 e 40).

Eisler (2007) defende que a antiga representação do poder divino em forma humana tenha sido de fêmea, pois, a partir do momento em que os seres humanos se perguntavam sobre a origem da vida, percebiam que ela emergia do corpo de uma mulher:

³ A Vênus de Willendorf, hoje também conhecida como Mulher de Willendorf, é uma estatueta com 11,1 cm de altura, representando estilisticamente uma mulher, descoberta no sítio arqueológico do paleolítico situado perto de Willendorf, na Áustria.

Teria sido natural para eles imaginar o universo como uma mãe generosa de cujo útero surge toda vida e para onde, assim como nos ciclos da vegetação, ela retoma após a morte, para renascer. Também faz sentido que sociedades com esta imagem dos poderes que governam o universo tivessem uma estrutura social muito diferente das sociedades que adoram um Pai divino, o qual empunha um raio e/ou uma espada. Parece lógico não fossem elas consideradas subservientes em sociedades que conceptualizavam os poderes que governam o universo em forma de fêmea — e que qualidades "femininas" tais como cuidado, compaixão e não-violência fossem altamente valorizadas nestas sociedades. O que não faz sentido é concluir que as sociedades em que os homens não dominavam as mulheres eram sociedades em que as mulheres dominavam os homens (EISLER, 2007, p. 29).

No século XIX, quando foram encontradas as primeiras evidências da existência de tais sociedades, concluiu-se que elas devem ter sido provavelmente matriarcais, mesmo sob o consenso de que “a sociedade humana sempre foi – e sempre será – dominada pelos homens” (EISLER, 2007, p. 30).

Eisler (2007) argumenta que existem várias teorias que buscam explicar a mudança no formato da sociedade, de matriarcal para patriarcal. Uma delas defende a visão que o homem teria entendido sua importância no processo de fertilidade, que até então se mantinha associada unicamente à mulher. A inocência ignorante, no entanto, atribuída à raça humana no Paleolítico, não associava inicialmente ao homem o poder da parceria no processo de desenvolvimento da vida.

A teoria de Eisler (2007) é contrária a esse pensamento. Ela defende que o homem teria observado na própria natureza a importância do macho na procriação da espécie, levando-o ao entendimento de que estando no mesmo nível de importância e sendo mais forte fisicamente que a mulher, a dominação de um gênero sobre o outro seria inerente ao ambiente proposto. De acordo com sua teoria, diante de um período dramático e ameaçador à espécie humana, no qual ocorreu um intenso resfriamento climático, em escala mundial, dificultando a manutenção das culturas agrárias e pecuárias e forçando o homem a retomar hábitos da caça para subsistência, sua imposição pela força física pode ter desencadeado um processo de se cultuar a superioridade do gênero masculino sobre o feminino, implicando diretamente em diversos segmentos da vida em sociedade até a atualidade.

A partir desse ponto, é analisada uma teoria que justifique o processo de mudança do sistema de parceria para o sistema de dominação. Segundo Eisler

(2007), existem apenas duas formas de estruturar as relações sociais entre os sexos.

Eisler (2007, p. 32) defende que todas as sociedades são configuradas por “um modelo dominador — no qual as hierarquias humanas em última análise se baseiam no uso da força ou na ameaça de força — ou por um modelo de parceria, com variações entre elas”. Ela afirma que, se reexaminarmos a sociedade sob uma perspectiva que leve em consideração tanto homens quanto mulheres, perceberemos a “existência de padrões, ou configurações sistêmicas, que caracterizam uma organização social de dominação ou então de parceria”.

Para muitas pessoas, é difícil acreditar que qualquer outra forma de estrutura social humana seja possível—menos ainda que nosso futuro possa depender de qualquer coisa ligada às mulheres ou à feminilidade. Um dos motivos para tais crenças repousa no fato de que, nas sociedades dominadas pelo homem, qualquer coisa associada à mulher ou à feminilidade é automaticamente considerada tarefa secundária, ou feminina — a só receber atenção, se é que vai mesmo recebê-la, após a solução dos "problemas mais importantes". Outro motivo está em que não dispomos de informação necessária. Embora seja óbvio que a humanidade consiste de duas metades (mulheres e homens), na grande maioria dos estudos sobre a sociedade humana o protagonista, e até muitas vezes o único ator, tem sido o homem (EISLER, 2007, p. 31).

Adovasio, Soffer e Page (2009), defendem que os primeiros estudos arqueológicos eram feitos quase que exclusivamente por homens, e este seria um dos motivos pelo qual as mulheres ficaram isentas de suas versões.

Segundo Eisler (2007), as leituras das escavações e seus registros em materiais didáticos possuíam interpretações distorcidas, ignorando as evidências dos cultos antropomórficos centrados na mulher.

Aceitando-se esta tendência, as pinturas murais do paleolítico foram interpretadas como relacionando-se com a caçada, mesmo quando mostravam mulheres dançando. Da mesma forma, como já observado, a evidência de uma forma de culto antropomórfico centrado na fêmea — tais como achados de representações femininas de quadris largos e grávidas — precisava ser ignorada ou classificada apenas como objeto sexual masculino: "Vênus" obesas e eróticas ou "imagens bárbaras da beleza" (EISLER, 2007, ps. 42 e 43).

Somente no século XX, com a entrada de mulheres pesquisadoras nas escavações e com a nova visão dos homens, não mais pesquisadores seculares, é que foi possível corrigir tais equívocos, por meio de questionamentos aos dogmas anteriormente aceitos.

No entanto, a deturpação da importância da mulher no processo social e, principalmente, na constituição da família⁴, levou a humanidade a observá-la como objeto de consumo masculino, submetendo-a à mais degradante situação de subserviência e violação de seus mais íntimos valores, tendo o apoio de outras duas importantíssimas instituições sociais, o Estado e a Igreja.

Foi durante esse processo que inúmeras imagens ligadas à religiosidade e à arte tiveram seus significados alterados para justificar a soberania masculina, sendo contraposta a imagem da mulher como indivíduo submisso e inferior no corpo social.

Miklos (2011, p. 11) destaca que “na cultura judaico-cristã prevalece entre outras a imagem de Eva - um arquétipo que pode ser lido em muitas chaves. A nossa cultura fez e faz a leitura no signo do servilismo”. Nesse sentido encontramos no livro do Gênesis:

E disse Deus: façamos o homem à nossa imagem, conforme a nossa semelhança; e domine sobre os peixes do mar, e sobre as aves dos céus, e sobre o gado, e sobre toda a terra, e sobre todo o réptil que se move sobre a terra. E criou Deus o homem à sua imagem: E formou o SENHOR Deus o homem do pó da terra, e soprou em suas narinas o fôlego da vida; e o homem foi feito alma vivente. (...) E disse o SENHOR Deus: Não é bom que o homem esteja só; far-lhe-ei uma auxiliar idônea para ele. Então o SENHOR Deus fez cair um sono pesado sobre Adão, e este adormeceu; e tomou uma das suas costelas, e cerrou a carne em seu lugar; E da costela que o SENHOR Deus tomou do homem, formou uma mulher, e trouxe-a a Adão. E disse Adão: Esta é agora osso dos meus ossos, e carne da minha carne; esta será chamada mulher, porquanto do homem foi tomada. (1: 26; 2: 1-25).

Ele nos chama atenção para duas condições de uma Eva submissa: “primeiro: Deus fez a mulher para o homem, pois entendeu que não era bom que o homem ficasse só! A mulher não foi criada por seu valor intrínseco, mas para alguém, para algo. É um instrumento, um acessório, uma assistente, uma acolita”. A

⁴ Segundo Devreux (2009), as feministas materialistas dos anos 1960 apontaram o desafio que existe na negação da importância da contribuição social das mulheres, ao enfatizar a produção doméstica. Para Delphy (1998, *apud* Devreux, 2009, p. 97), “esta é assegurada gratuitamente pela exploração econômica da mulher pelo homem e se apóia na instituição do casamento. Ela é objeto do modo de produção doméstica, que constitui a base econômica do patriarcado”.

outra condição: “se por um lado, o homem foi criado à imagem e semelhança de Deus, a mulher é um apêndice do homem (de suas costelas). A imagem servil e submissa é até hoje transmitida pela cultura judaico-cristã (católica ou evangélica)”, (MIKLOS, 2011, p. 11).

O papel atribuído à mulher era de submissão ao homem e a sua vontade. A imagem de Eva submissa moldou um mundo marcado pela intolerância e pela injustiça. Quando um homem agride uma mulher ele está agredindo a própria alma. Quando uma mulher, cheia de cicatrizes de uma herança ancestral de um patriarcado violento, aceita apanhar pelo masculino ela está agredindo a si mesma (MIKLOS, 2011, p. 11).

Outras passagens bíblicas, literatura mais influente do meio religioso cristão, incitam e induzem seus seguidores que oprimam a figura da mulher, promovendo-a como um bem pertencente ao homem, ao justificar diversos atos de violência, envolvendo até mesmo explicações para a prática de estupros, mutilações e apedrejamento.

A partir de então, não só nas sociedades baseadas no Cristianismo, mas em diversas outras religiões, a mulher passou a ser tratada como produto e, como tal, tem seu valor de mercado, ou seja, passou a ter valor comercial e servir de escambo em várias sociedades ao redor do mundo. Além de longos períodos em que se aplicava a cultura escravagista, a mulher podia ser negociada pelo próprio pai ou pelo marido, tendo sua valorização atribuída principalmente à castidade. O poder desse comportamento, apoiado religiosamente permitia aos homens e mulheres, em igualdade de condições, ignorar inconscientemente, o senso de justiça.

Eisler (2007) defende que, utilizando os modelos de dominação e parceria na organização social para análise tanto do passado como do futuro potencial, pode-se começar a transcender as polaridades convencionais entre direita e esquerda, capitalismo e comunismo, religião e secularismo e mesmo entre masculinismo e feminismo:

Contudo, utilizando a perspectiva da teoria de transformação cultural que vimos desenvolvendo, ela se enquadra a outra alternativa para a organização humana: uma sociedade de parceria na qual nenhuma metade da humanidade é dominada pela outra, e a diversidade não é igualada à inferioridade ou superioridade. (...) A evolução tecnológica e a social tendem a tornar-se mais complexas, independente de qual modelo prevaleça. Mas a direção da evolução cultural — incluindo o

fato de um sistema social ser belicoso ou pacífico — depende de possuímos uma estrutura social dominadora ou de parceria (EISLER, 2007, p. 35).

A transição do sistema de dominação para o modelo de parceria promove um cenário mais abrangente, em que surgem movimentos sociais mais modernos, de caráter religioso ou secular, bem como os feministas, pacifistas e ambientalistas, cujo enfrentamento geral é a estabilização da justiça social.

Outro ponto a ser observado é o avanço tecnológico, que permite a propagação da informação ou da mobilização por meio de uma rede abrangente e ilimitada, podendo caracterizar-se como um fator evolucionista da espécie humana, possibilitando sua sobrevivência física e social.

1.2. Feminismo em Movimento

As mulheres exerceram grande impacto na melhoria da sociedade e para Eisler (2007), talvez o mais notável dos seus feitos seja o Movimento Feminista que teve início no século XIX. Para a ativista, “mesmo omitido dos livros tradicionais o trabalho de centenas de feministas do século XIX melhorou e muito a situação do contingente feminino da humanidade”. Eisler (2007) utiliza como exemplo a considerável participação das feministas no movimento abolicionista de libertação dos escravos e na melhoria do tratamento aos deficientes mentais.

Os movimentos feministas geralmente são divididos em períodos denominados “ondas”. Segundo Fourgeyrollas-Schwebel (2009), a primeira onda ocorreu na segunda metade do século XIX e no começo do século XX e a segunda onda no início na metade dos anos 1960 e começo dos anos 1970.

A primeira onda do feminismo – conhecida como sufrágio feminino – foi marcada por reivindicações pelo direito ao voto, com muitas ações impactantes nos Estados Unidos e em alguns países europeus.

Em relação à segunda onda – conhecida como Movimento de Liberação das Mulheres – a autora afirma que o impacto do feminismo dos anos 1970 talvez não tenha sido tanto o de afirmar novas formas de reivindicações de direitos e sim o de questionar os domínios do político. Fourgeyrollas-Schwebel (2009, p. 145) afirma que “os movimentos feministas dos anos 70 não se fundam na única exigência de

igualdade, mas no reconhecimento da impossibilidade social de fundar essa igualdade dentro de um sistema patriarcal”.

A conquista de novos direitos para as mulheres na esfera privada foi acompanhada por exigências também na esfera pública, como a reivindicação de medidas em favor de uma verdadeira igualdade de direitos no trabalho. “Uma das prioridades dos movimentos de liberação das mulheres é a afirmação de que o privado é político” (FREEMAN, 1975 *apud* Fougeyrollas-Schwebel, 2009, p. 146).

Inclui-se também como expectativas do feminismo contemporâneo a autonomia da sexualidade feminina e o respeito ao desejo da “não-maternidade”, principalmente com a chegada das pílulas de contracepção feminina, que se torna acessível na metade dos anos 1960. Segundo Fougeyrollas-Schwebel (2009, p. 147), “as campanhas pela liberdade de abortar constituem os eventos mais importantes e mais marcantes”. A autora também aponta como eventos de destaque as mobilizações contra a violência, como estupros e assédio sexual, e o reconhecimento do estupro conjugal.

A terceira onda do feminismo, segundo Miskolci (2009), surgiu no final da década de 1980 e início da década de 1990, sob a influência de autores como Foucault e Derrida, se estendendo até os dias de hoje. Foi nesse período que se começou a discutir alguns paradigmas das outras ondas e também debates sobre o sexo para o conceito de gênero.

Analisando o feminismo no Brasil, a divisão em ondas seguiu uma divisão diferente dos demais países. Segundo Sarti (2001), o Movimento Feminista no Brasil teve início nos anos 70. A autora, ao resgatar a origem do movimento, tido como um “feminismo de esquerda” destaca que:

Os grupos feministas estavam articulados às diversas organizações de influência marxista, clandestinas à época, e nasceram fundamentalmente comprometidos com a oposição à ditadura e com as lutas “pelas liberdades democráticas” e pela anistia e é uma forma de pensar seu legado e seu lugar no panorama político mais amplo das lutas atuais (SARTI, 2001, p. 33).

O ano de 1975, instituído como o Ano Internacional da Mulher, foi um ano contraditório no Brasil. Apesar de ser um momento favorável à discussão da condição feminina, o País enfrentava um período de ditadura que, segundo Sarti, “calavam, implacáveis, as vozes discordantes”.

Embora uma confluência de fatores tenha contribuído para a eclosão do feminismo brasileiro nos anos 70 – como o impacto do feminismo internacional e mudanças efetivas na situação da mulher no país a partir dos anos 60, que punham em questão a tradicional hierarquia de gênero –, o feminismo militante no Brasil surge como consequência da resistência das mulheres à ditadura, depois da derrota da luta armada e com o sentido de elaborar política e pessoalmente esta derrota. A presença das mulheres na luta armada, no Brasil dos anos 60 e 70, implicava não apenas se insurgir contra a ordem política vigente, mas representou uma profunda transgressão ao que era designado à época como próprio às mulheres (SARTI, 2001, p. 33).

O movimento social de resistência ao regime militar seguiu ampliando-se e novos movimentos se uniram às feministas para lutarem por direitos específicos, como os dos negros e homossexuais. Outros grupos populares passaram a incorporar temas ligados às questões de gênero, como creches e trabalho doméstico.

Segundo Sarti (2001), “a expansão do mercado de trabalho e do sistema educacional que estava em curso num país que se modernizava, gerou, ainda que de forma excludente, novas oportunidades para as mulheres”.

A antropóloga defende que todo este processo, acompanhado pela “efervescência cultural de 1968, de novos comportamentos afetivos e sexuais relacionados ao acesso a métodos anticoncepcionais e ao recurso às terapias psicológicas e à psicanálise, influenciou decisivamente o mundo privado”. Para a autora, “novas experiências cotidianas entraram em conflito com o padrão tradicional de valores nas relações familiares, sobretudo por seu caráter autoritário e patriarcal”.

Nessas circunstâncias, o Ano Internacional da Mulher, 1975, oficialmente declarado pela ONU, propicia o cenário para início do movimento feminista no Brasil, ainda fortemente marcado pela luta política contra o regime militar. O reconhecimento oficial pela ONU da questão da mulher como problema social favoreceu a criação de uma fachada para um movimento social que ainda atuava nos bastidores da clandestinidade, abrindo espaço para a formação de grupos políticos de mulheres que passaram a existir abertamente, como o Brasil Mulher, o Nós Mulheres, o Movimento Feminino pela Anistia, para citar apenas os de São Paulo (SARTI, 2001).

Ainda segundo Sarti (2001), o feminismo brasileiro, também conhecido como “movimento de mulheres”, devido a sua pluralidade, iniciou-se nas camadas médias e expandiu-se por meio de articulação com as camadas populares e suas

organizações de bairro, “envolvendo-se, em primeiro lugar, em uma delicada relação com a Igreja Católica, importante foco de oposição, diante do vazio político deixado pelo regime militar” (SARTI, 2001, p. 37).

A discussão de assuntos como “aborto, sexualidade, planejamento familiar, entre outros, permaneciam no âmbito das discussões privadas, feitas em pequenos grupos de reflexão, sem ressonância pública”. As organizações femininas de bairro ganharam força como parte do trabalho pastoral inspirado na Teologia da Libertação, fazendo com que se tornassem mais politizadas.

Segundo Scherer-Warren (2011, p. 33), Teologia da Libertação refere-se a “uma importante utopia para a sociedade contemporânea, que nasceu e se desenvolveu como expressão de problemas da realidade social latino-americana, no desejo de transcendê-la pela criação de uma sociedade mais justa e igualitária”.

A libertação histórica, através dos movimentos sociais, é a condição necessária para que os povos oprimidos da América Latina caminhem em direção de uma libertação integral (ou libertação cristã) como resultante da superação das servidões temporais e das injustiças sociais (libertação econômica, social, política, cultural etc.) relacionada com a salvação (libertação do pecado). Libertação é, pois, a salvação que se dá na história (SCHERER-WARREN, 2011, p. 33).

A novidade deste trabalho pastoral, não foi apenas a existência de um profundo conteúdo simbólico e de uma mensagem de libertação, pois eles já fazem parte da religiosidade popular latino-americana. Segundo Scherer-Warren (2011, p. 39), a diferença estaria no “valor dado à luta humana através de movimentos sociais para a realização desta utopia de libertação e não através da dependência da chegada de um Messias”. A autora defende que a libertação não significaria apenas “a chegada de uma terra prometida”, mas o ponto de partida para a “descoberta da sua dignidade, sua redefinição de status como cidadão, a libertação imediata de diversas formas de opressão – econômica, política, legal, racial e sexual”.

O tema da libertação das mulheres tem sido considerado um dos temas centrais da Teologia da Libertação. No trabalho pastoral, a perspectiva da mulher aparece como parte da luta pela igualdade de direitos humanos, eliminando diferenças de gênero.

Scherer-Warren (2011, p. 43) afirma que existe um número crescente de mulheres nos movimentos de base, em que as Comunidades Eclesiais de Base

“estimulam a criação de organizações específicas de mulheres, como Clube das Mães, Movimento das Mulheres Camponesas e Movimento de Prostitutas, sendo essas organizações um tipo primário de movimento feminista”. O principal objetivo desses grupos é “conscientizar sobre a necessidade de reunir mulheres, para valorizar suas identidades, estabelecer e aprender a lutar pelos seus direitos”. Segundo Scherer-Warren (2011, p. 45), “onde os pensamentos da Teologia da Libertação não coincidem com o do feminismo leigo é em relação às questões do aborto, contraceptivos e casamento”.

Sarti (2001, p.38) chama atenção para outro traço que marca a trajetória particular do feminismo no Brasil, quando comparado ao dos países europeus. Para a antropóloga, “os movimentos sociais urbanos organizaram-se em bases locais, enraizando-se na experiência cotidiana dos moradores das periferias pobres, dirigindo suas demandas ao Estado como promotor de bem-estar social”.

As questões propriamente feministas, as que se referiam às relações de gênero, ganharam espaço quando se consolidou o processo de abertura política no País em fins dos anos 1970. Grande parte dos grupos declarou-se abertamente feminista e abriu-se espaço tanto para a reivindicação no plano das políticas públicas, quanto para o aprofundamento da reflexão sobre gênero.

Os conflitos e desacordos com a Igreja Católica, tanto quanto com alguns setores da esquerda, conservadores no que se refere à moral sexual, foram se expressando mais abertamente.

A unidade do movimento de mulheres no Brasil permaneceu até início dos anos 1980, quando a luta da oposição ainda era um elemento aglutinador. As perspectivas, demandas e motivações das mulheres engajadas no movimento eram distintas.

Parece haver um consenso em torno da existência de duas tendências principais dentro da corrente feminista do movimento de mulheres nos anos 70, que sintetizam o próprio movimento. A primeira, mais voltada para a atuação pública das mulheres, investindo em sua organização política, concentrando-se principalmente nas questões relativas ao trabalho, ao direito e à redistribuição de poder entre os sexos. Foi a corrente que posteriormente buscou influenciar as políticas públicas, utilizando os canais institucionais criados dentro do próprio Estado, no período da redemocratização dos anos 80. A outra vertente preocupa-se sobretudo com o terreno fluido da subjetividade, com as relações interpessoais, tendo no mundo privado seu campo privilegiado.

Manifestou-se principalmente através de grupos de estudos, de reflexão e de convivência. Nestes grupos ressoava a ideia de que o “pessoal é político” (SARTI, 2001, p. 40).

A anistia de 1979 permitiu a volta das exiladas no começo dos anos 1980, que traziam experiências políticas e também a influência de um movimento feminista atuante, principalmente na Europa. Segundo Sarti (2001), a própria experiência de vida no exterior, com uma organização doméstica diferente dos padrões brasileiros, repercutiu decisivamente tanto em sua vida pessoal quanto em sua atuação política.

Nos anos 1980, o movimento de mulheres no Brasil era uma força política e social consolidada e os grupos feministas começaram a fazer parte de associações profissionais, partidos e sindicatos, legitimando o papel da mulher como sujeito social particular. Sarti (2001) afirma que:

Esvaziaram-se os grupos formados em torno da bandeira da opressão feminina e ganhou força uma atuação mais especializada, com uma perspectiva mais técnica e profissional. Muitos grupos adquiriram a forma de organizações não-governamentais (ONGs) e buscaram influenciar as políticas públicas em áreas específicas, utilizando-se dos canais institucionais. A institucionalização do movimento implicou, então, seu direcionamento para as questões que respondiam às prioridades das agências financiadoras (como, por exemplo, aquelas relacionadas à saúde da mulher e aos direitos reprodutivos) (SARTI, 2001, ps. 41 e 42).

A década de 1980 foi marcada pela criação de conselhos da condição feminina, em todos os níveis: federal, estadual e municipal. A questão da violência contra a mulher começou a ser tratada em delegacias próprias.

No fim da década de 1980 deu-se uma significativa alteração da condição da mulher na Constituição Federal de 1988, que extinguiu a tutela masculina na sociedade conjugal.

O feminismo teve ainda que enfrentar, problemas de desigualdades sociais, “sensibilizando mulheres profissionais, com educação universitária, pertencendo a camadas sociais com alguma experiência de vida cosmopolita, associadas ao exílio político ou à formação educacional e profissional”. (SARTI, 2001, ps. 43 e 44)

Sabe-se que as questões que tangem mais diretamente o feminismo, como a relação da mulher com o homem, o casamento como meio de vida e o significado e a vivência da maternidade, são experiências com fortes marcas culturais. Sabe-se também que as oportunidades

não são as mesmas para todas as mulheres, que as perspectivas são distintas, assim como são diversas também as possibilidades de identificação com as bandeiras feministas, ainda que o feminismo seja reconhecido como um movimento que traz genericamente benefícios à condição social da mulher (SARTI, 2001, p. 44).

Sarti (2001) afirma que o movimento feminista brasileiro enfrentou o período de ditadura militar conseguindo manter sua autonomia ideológica e de organização e ainda interagir com os partidos políticos, sindicatos e outros movimentos sociais, com o Estado e até com organismos supranacionais. E por meio de espaços conquistados, como conselhos, secretarias, coordenadorias, ministérios, elaborou e executou políticas, reivindicou, propôs, pressionou e monitorou a atuação do Estado, não só com vistas a garantir o atendimento de suas demandas, mas acompanhar a forma como estavam sendo atendidas.

Nos anos 2000, as feministas no Brasil avançaram em relação à violência doméstica e familiar contra a mulher, com o advento da Lei n.º11.340, de 7 de agosto de 2006, a chamada Lei Maria da Penha⁵, que estabelecia medidas para a prevenção, assistência e proteção às mulheres em situação de violência.

A socióloga Tica Moreno, integrante da equipe técnica da Sempreviva Organização Feminista (SOF), avalia que:

Infelizmente ainda não podemos afirmar que no Brasil os números de violência sexista em geral e de assassinatos de mulheres, especificamente, diminuíram. A existência de uma legislação específica – a Lei Maria da Penha – fez com que maior número de mulheres denunciasses os casos de violência. Isso não significa necessariamente um aumento da ocorrência da violência, mas maior procura pelo atendimento. A nossa avaliação é que a Lei é um instrumento importante no combate à violência contra as mulheres, mas que é necessária uma transformação profunda nas relações entre homens e mulheres para que possamos erradicar esta violência. Por isso temos denunciado a violência sexista como um pilar da sociedade patriarcal, que tem raiz no machismo e na misoginia, e buscamos apontar todas as suas expressões, seja a violência física e sexual, o assédio ou a exploração na indústria da prostituição e do tráfico de mulheres. Para acabar com a violência contra as mulheres é preciso por um lado, uma atuação concreta dos governos e do Judiciário na prevenção da violência e punição aos agressores e, por outro, alterações concretas na vida das mulheres,

⁵ A Lei n.º11.340, de 7 de agosto de 2006, ficou conhecida por este nome em homenagem a Maria da Penha, mulher que sofreu, em 1983, duas tentativas de assassinato por seu marido que a deixaram paraplégica. Mesmo condenado por tribunais locais, o réu valeu-se de recursos processuais e não foi preso. Maria da Penha recorreu à Comissão Interamericana de Direitos Humanos. Em 2001, o Brasil foi responsabilizado por omissão e negligência.

com a garantia de autonomia. Nada justifica a violência sexista e, enquanto uma mulher for vítima de violência, estaremos em marcha (MORENO, 2010).

O retorno às manifestações feministas, nos anos 2000, é marcado pelo surgimento das marchas com temática especificamente feminista, a exemplo da Marcha Mundial das Mulheres⁶, Marcha das Margaridas⁷ e Marcha das Vadias⁸.

1.3. A Marcha Mundial das Mulheres

Militamos na Marcha Mundial das Mulheres! Estamos em luta por nossa autonomia, nosso direito a viver livremente nossa sexualidade e por uma transformação radical da sociedade! Vamos mudar o mundo e mudar a vida das mulheres! Somos mulheres e não mercadoria! (MMM, 2013)

Segundo o dicionário Houaiss⁹ (2003), o verbete marcha tem como significado “manifestação não violenta destinada a atrair a atenção das autoridades para determinados problemas de interesse geral, ou para alguma reivindicação particular”.

A Marcha Mundial das Mulheres é um movimento feminista internacional, que teve início em 2000, em uma campanha que reuniu mais de cinco mil grupos de mulheres de 159 países e territórios em uma ação comum contra a pobreza e a violência sexista. Esta ação teve como função trazer o feminismo popular e militante de volta às ruas, o que impulsionou as mulheres a dar continuidade à marcha não como uma campanha, mas como um movimento permanente.

Dentre os princípios da MMM estão a organização das mulheres urbanas e rurais e as alianças com os movimentos sociais.

⁶ A Marcha Mundial das Mulheres, objeto de estudo desta dissertação, nasceu como uma grande mobilização que reuniu mulheres do mundo todo em uma campanha contra a pobreza e a violência.

⁷ A Marcha das Margaridas é a maior mobilização de mulheres trabalhadoras rurais do campo e da floresta do Brasil. Nasceu em 2000 e seu nome é uma homenagem à trabalhadora rural e líder sindical Margarida Maria Alves, que ocupou por 12 anos a presidência do Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais de Alagoa Grande, estado da Paraíba e fundou o Centro de Educação e Cultura do Trabalhador Rural. Margarida Alves foi brutalmente assassinada pelos usineiros da Paraíba em 12 de agosto de 1983.

⁸ A Marcha das Vadias é um movimento internacional, que teve início em 2011, em Toronto, em forma de protesto contra o discurso de “culpabilização das vítimas de violência sexual e de qualquer outro tipo de violência contra as mulheres”. A primeira Marcha das Vadias no Brasil aconteceu em 4 de junho de 2011, em São Paulo.

⁹ Versão eletrônica.

É importante destacar a principal distinção entre mobilização social e manifestações públicas. Segundo Toro e Werneck (2004, p.13), mobilizar é “convocar vontades para atuar na busca de um propósito comum, sob uma interpretação e um sentido compartilhados”. A mobilização só ocorre quando um grupo de pessoas decide e age com um objetivo em comum, buscando resultados decididos em conjunto, convocando vontades para atuar na busca de um propósito compartilhado.

O processo de mobilização social, segundo Toro e Werneck (2004), passa pelo compartilhamento de conceitos e ideias, pela coletivização dos atores envolvidos, “deslocando-os do terreno individual para o coletivo”, e pelo acompanhamento e aferição dos resultados alcançados, para a legitimação da causa e do movimento social. Diferentemente das manifestações, o processo de mobilização social requer continuidade.

Participar ou não de um processo de mobilização social é um ato de escolha. Por isso se diz convocar, porque a participação é um ato de liberdade. As pessoas são chamadas, mas participar ou não é uma decisão de cada um. (...) Convocar vontades significa convocar discursos, decisões e ações no sentido de um objetivo comum, para um ato de paixão, para uma escolha que “contamina” todo o cotidiano. (TORO, 2004, p. 13)

A inspiração para a criação da Marcha Mundial das Mulheres partiu de uma manifestação realizada em 1995, em Quebec, no Canadá, quando 850 mulheres marcharam 200 quilômetros, pedindo, simbolicamente, pão e rosas.

A ação marcou a retomada das mobilizações das mulheres nas ruas, fazendo uma crítica contundente ao sistema capitalista como um todo. Ao seu final, diversas conquistas foram alcançadas, como o aumento do salário mínimo, mais direitos para as mulheres imigrantes e apoio à economia solidária.

Em uma tentativa de contar a história do feminismo no Brasil a partir das vivências das militantes da Marcha, em maio de 2013, no blog oficial do coletivo, o Comitê da Marcha Mundial das Mulheres em São Paulo organizou o desafio de traçar uma linha do tempo, durante a última plenária estadual da Marcha Mundial das Mulheres de São Paulo. Trata-se de uma história com experiências diversas, marcadas pela “solidariedade, pelo compromisso e por muita luta”.

Figura 2 - Reunião da Marcha, em 2003



Fonte: MMM (2013)

Olhamos para nossa memória tentando responder à seguinte pergunta: quando e como comecei a participar do movimento feminista? Ao colocar tudo junto em pequenos cartões, ordenados pelo tempo, aquela lembrança já não era só nossa, mas parte de uma memória coletiva. Contar de onde viemos ajuda a pensar em quem somos, e de que é feito o nosso movimento. Para isso, fomos longe. Nossas lembranças alcançaram o ano de 1957 e chegaram até 2013, nos fazendo pensar que há muito tempo o feminismo encontra eco entre as mulheres, e que permanece atual, já que, a cada ano, mais e mais companheiras se juntam a essa caminhada (COMITÊ DA MMM/SP, 2013).

As mulheres são parte central dos processos de mobilização e resistência em todo o Estado. Segundo o Comitê da MMM (2013), os caminhos até o feminismo passaram também pela “vivência das distintas facetas da divisão sexual no mundo do trabalho ou na universidade, como a ausência de creches, a presença da violência, os salários diferentes, a maior jornada de trabalho, o assédio sexual”, entre tantas outras representações de machismo.

Estiveram presentes nas lutas por melhores condições de trabalho dos anos 70, na organização do movimento sindical enfrentando as perseguições, nos movimentos da Igreja, como a JOC, e na política estudantil universitária. Passaram pelos movimentos de saúde dos anos 80, pelo Encontro de Mulheres em Solidariedade a Cuba, organizado pelo Sindicato dos Metalúrgicos do ABC, nos anos 90, e pela organização das mulheres no interior da Central de Movimentos Populares (CMP) e pela campanha contra a ALCA, já nos anos 2000 (COMITÊ da MMM/SP, 2013).

Figura 3 - Ação da MMM, em 2004



Fonte: MMM (2013)

Comecei a participar através de um movimento de moradia, o MMC/SP. Em 1982, fui no 8 de março, convocada pelo Sindicato dos Químicos de São Paulo. Entretanto, durante esse percurso, houve a

percepção de que havia uma divisão das tarefas no interior das organizações que era orientada pelo sexo. Nessa separação, enquanto os grandes debates e decisões pertenciam aos homens, as tarefas do cotidiano, de menor protagonismo político, eram atribuídas às mulheres. As atividades desenvolvidas por elas eram menos valorizadas e desprovidas de poder de decisão. Assim, o processo de auto-organização das mulheres em meio à organização geral das lutas sindicais e populares foi determinante para forjar essa consciência (Depoimentos no Blog da MMM, 2013).

A participação de diferentes mulheres de origem popular no Encontro Feminista de Bertioga, em 1989, e a ampla mobilização para a participação de um grupo grande de São Paulo no Encontro Latino-Americano na Argentina, em 1991, mostraram que o feminismo tinha seus plurais.

Figura 4 - Batucada no dia 8 de março de 2005



Fonte: MMM (2013)

Nessa época vi uma propaganda do Encontro Feminista, eram umas mulheres sentadas ao sol, pensei 'Ah que bom que tem um movimento... mas nós aqui estamos f*** trabalhando (Depoimentos no Blog da MMM, 2013).

Os debates em torno da construção e da reivindicação de políticas públicas nos municípios representam outra porta de entrada para as mulheres no feminismo.

Seja pelos espaços institucionais, como a Coordenadoria Especial da Mulher de São Paulo, no início dos anos 2000, e a partir de 2008, o Núcleo de Políticas Públicas para as Mulheres em Várzea Paulista, com o apoio do Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS) e da SOF – Sempreviva Organização Feminista, uma organização não governamental feminista que apoia, estimula e facilita a organização de atividades de formação, debate, cultura e intercâmbio entre os grupos participantes da Marcha Mundial no Brasil e nas ações internacionais.

Os processos reivindicatórios, como a construção do Centro de Convivência da Mulher de Mauá, em 1987, a 1.^a Delegacia da Mulher em São Paulo e, desde os anos 70, a luta por creches nos bairros e nas universidades, também marcaram presença na trajetória da MMM.

Figura 5 - Marcha em 8 de março de 2006



Fonte: MMM (2013)

Essas e outras expressões de lutas auto-organizadas das mulheres contribuíram para construir uma identificação das mulheres com o feminismo.

Nesse contexto, apresenta-se a importância do Encontro da Mulher Paulistana, nos anos 1970, e das lutas por creche em lugares como Vila Remo e Parque Santo Amaro.

Outro exemplo de mobilização das mulheres foi o emblemático caso de Doca Street¹⁰, nos anos 1980, em que as mulheres foram às ruas denunciar que não existe crime passional, mas que se tratava de violência contra a mulher.

Figura 6 - Fuzarca Feminista em ação, em 8 de março de 2013



Fonte: MMM (2013)

O movimento da Marcha Mundial das Mulheres serviu como espaço para ampliar a compreensão crítica das relações sociais de sexo em casos de violência.

Desde 1999, houve intensa articulação do que se tornaria, no ano 2000, a Marcha Mundial das Mulheres contra a pobreza e a violência, sob o lema “Duas mil razões para marchar contra a pobreza e a violência sexista”.

¹⁰Segundo dados da Ordem dos Advogados do Brasil - OAB, trata-se do assassinato de Ângela Maria Fernandes Diniz, em 1976, pelo companheiro “Doca Street” – Raul Fernandes do Amaral Street. Mais informações no site <http://www.oabsp.org.br/sobre-oabsp/grandes-causas/o-caso-doca-street/>.

Foram várias as entidades e movimentos que atuaram nesse processo, colocando em diálogo organizações autônomas e movimentos mistos. Diferente do processo organizado pela Organização das Nações Unidas (ONU) para as mulheres, nos anos 1990, a Marcha Mundial das Mulheres emergiu com um forte questionamento à globalização, ao dar visibilidade à estrutura do patriarcado e sua relação com o modelo capitalista.

As posições políticas demandaram uma expansão da elaboração feminista, avançando na crítica à ordem econômica. O lançamento da MMM em SP foi em frente à Bolsa de Valores, simbolizando um feminismo que pretende pensar a sociedade como um todo.

As ações internacionais aparecem nesse trajeto como momentos-chave de constituição da identidade feminista

Figura 7 - Reunião de Planejamento para a 4ª Marcha Mundial das Mulheres



Fonte: MMM (2014)

1.3.1. A Marcha e a SOF

A Sempreviva Organização Feminista (SOF), membro da executiva da MMM, estimulou e facilitou a organização de várias atividades de formação, debate, cultura e intercâmbio entre os grupos participantes da Marcha no Brasil, bem como atividades no marco das ações internacionais.

Trata-se de uma organização não governamental (ONG) feminista que apoia o feminismo, seja ele em forma de movimento de mulheres com sua organização autônoma, ou como os movimentos e organizações mistas, ou ainda como organização das mulheres em espaços próprios.

A ONG busca constituir e fortalecer a mulher como sujeito político, capaz de provocar mudanças sociais. Segundo a SOF, tais mudanças ocorrem no plano pessoal e se referem à “autodeterminação das mulheres; consciência das desigualdades de gênero; controle sobre o próprio corpo; ampliação da capacidade de análise e intervenção nos movimentos sociais por parte das mulheres”. A entidade atua para que as transformações nos movimentos sociais passem a ser uma “garantia do acesso e controle sobre os espaços de poder para as mulheres e crítica à perspectiva de transformação centrada exclusivamente nas desigualdades de classe”. A ONG defende que

A transformação social baseia-se na visão sobre a capacidade dos movimentos de influenciar a democratização do Estado; elaborar discursos e desencadear ações de resistência e contra hegemonia ao capitalismo patriarcal, construindo um projeto alternativo de sociedade com perspectiva feminista. (SOF, 2014)

Apresentando-se como parte do movimento de mulheres, a SOF busca “consolidar a Marcha Mundial das Mulheres como um movimento internacional que está inserido nas dinâmicas locais, com uma pauta nacional, e em diálogo com campanhas e movimentos com orientações próximas”.

Participando ativamente desde a primeira marcha, por meio de contatos com as organizadoras iniciais da Marcha Mundial no Quebec, em 1998, a SOF definiu a realização de uma campanha que se encerraria com as ações internacionais em outubro de 2000 e, desde então, passou a atuar na formação, organização e articulação da Marcha Mundial das Mulheres, sediando até 2013 a Secretaria Internacional da MMM, com a tarefa de ser a secretaria executiva da MMM no Brasil.

Uma das ações realizadas pela SOF foi a Exposição “Feminismo em marcha”. O evento aconteceu na Galeria Olido, entre os dias 25 de agosto e 30 de setembro de 2013, com projeções, fotografias e materiais históricos, apresentando a trajetória, as ações e as principais temáticas abordadas pela Marcha Mundial das Mulheres. A exposição também apresentou pela primeira vez ao público a “Colcha da Solidariedade”.

Figura 8 - Divulgação da Exposição “Feminismo em marcha”



**FEMINISMO
EM MARCHA
MARCHA MUNDIAL
DAS MULHERES**

**25 DE AGOSTO A
30 DE SETEMBRO**

GALERIA OLIDO
CENTRO DE FOTOGRAFIA – 1º andar
Avenida São João, 473 - São Paulo
Terça a sábado: 13hs às 20hs
Domingo: 13hs às 19hs
CLASSIFICAÇÃO LIVRE / ENTRADA GRATUITA

FEMINISMO EM DEBATE
RODAS DE CONVERSA NA EXPOSIÇÃO
FEMINISMO EM MARCHA

17 DE SETEMBRO - TERÇA, às 18h
**CORPO VIGIADO, SILICONADO,
MEDICALIZADO E MAL ALIMENTADO?**
Práticas feministas para fazer as pazes com nosso corpo
MIRIAM NOBRE

18 DE SETEMBRO - QUARTA, às 18h
**FEMINISMO, CULTURA E ARTE NA
CONSTRUÇÃO DA CONTRA-HEGEMONIA**
MARTA BAIÃO

19 DE SETEMBRO - QUINTA, às 18h
**OS DESAFIOS DA LUTA PELA LEGALIZAÇÃO
DO ABORTO NO BRASIL**
SONIA COELHO

21 DE SETEMBRO - SÁBADO, às 15h
HISTÓRIAS DO FEMINISMO
SARAH DE ROURE

22 DE SETEMBRO - DOMINGO, às 15h
ATIVISMO FEMINISTA NA INTERNET
BRUNA PROVAZI

REALIZAÇÃO



PRODUÇÃO



CO-PATROCÍNIO



Outras ferramentas de comunicação para o engajamento das feministas desenvolvidos pela SOF são as publicações em forma de Boletins Virtuais, Boletim da Marcha, Cadernos Sempre Viva, Folha Feminista, Jornal da SOF, além de cartilhas e livros voltados às temáticas do movimento feminista.

Figura 9-Página oficial da SOF – Sempre Viva Organização Feminista



Fonte: SOF, 2015

1.3.2. A Marcha e o ABC/SP

A partir dos contextos sociais e políticos das últimas décadas, as mulheres da região do ABC vêm se organizando e atuando em diferentes coletivos a fim de ampliar e conquistar mais direitos para as mulheres a partir de suas várias especificidades: mulheres trabalhadoras, mulheres negras, mulheres jovens, mulheres periféricas, mulheres que lutam por moradia, mulheres que lutam por uma vida sem violência, que lutam contra a retirada de seus direitos já constituídos e diversos outros. Ao longo dessa caminhada, muitas mulheres se integraram à Marcha, atuando em conjunto com outros movimentos sociais na perspectiva de difundir o feminismo popular.

Para suprir a necessidade de uma organicidade mais estruturada para que as mulheres da Marcha Mundial pudessem construir um movimento permanente e atuante nas cidades do ABC, em novembro de 2014 foi realizada a primeira Plenária Regional da MMM-ABC/SP e a formação do Núcleo ABC/SP. A mobilização e ocupação dos espaços públicos favorecem o processo organizativo e o enraizamento local do movimento.

Figura 10 - Formação do Núcleo ABC/SP da Marcha Mundial das Mulheres



Fonte: MMM (2014)

1.3.3. O Coletivo de Comunicadoras

O Coletivo de Comunicadoras da Marcha Mundial das Mulheres foi criado a partir da experiência de comunicação colaborativa construída durante o 9.º Encontro Internacional da Marcha, que aconteceu em agosto de 2013, em São Paulo (SP).

As comunicadoras da Marcha Mundial das Mulheres entendem a comunicação como “um direito fundamental do ser humano e um princípio

importante para a transformação social, o combate ao machismo e à luta anticapitalismo”.

Segundo o Coletivo sua atuação acontece em rede, de forma horizontal e plural, como multiplicador dos processos comunicativos, utilizando “criatividade e irreverência na construção de uma comunicação popular e feminista”.

Figura 11 - Coletivo de comunicadoras da Marcha Mundial das Mulheres



Fonte: MMM (2013)

De acordo com as informações publicadas no Blog da Marcha (2013), a atuação do Coletivo das Comunicadoras defende os seguintes posicionamentos:

1. Todas somos comunicadoras. Algumas são especialistas no assunto, outras não, mas o importante é que todas somos capazes de produzir comunicação.
2. Nossa comunicação precisa mostrar a diversidade da Marcha: regional, geracional, política, a diversidade do campo e da cidade. Portanto, é fundamental que nossos textos, áudios e vídeos retratem essa diversidade.
3. Construir uma comunicação feminista em convergência com os movimentos sociais aliados, divulgando as ações e parcerias sempre que possível.

4. Priorizar a construção de uma comunicação em *software* livre.
5. Estimular que outras companheiras possam produzir conteúdo de comunicação para a Marcha Mundial das Mulheres; ampliar a formação nos estados e incluir mais companheiras no coletivo.
6. Integrar redes, ruas e roçados. Por uma comunicação sem cercas! (Coletivo de Comunicadoras da MMM/SP, 2013)

Em 14 de fevereiro de 2014, o coletivo de comunicadoras da Marcha Mundial das Mulheres deu início a sua primeira oficina de capacitação, discussão e organização das tarefas para a construção de uma “comunicação feminista”.

Segundo a narrativa de Bruna Rocha, militante da MMM/Bahia, no primeiro dia de atividades, as comunicadoras debateram, por meio de uma dinâmica de grupo, uma concepção de comunicação feminista que suporte o projeto político que a Marcha Mundial das Mulheres tem para a sociedade.

Dentre as características previstas para este novo modelo de comunicação, estão a descentralização da produção e circulação de informação, por meio do empoderamento tecnológico das mulheres, a reconfiguração dos formatos estéticos, técnicos e discursivos, para que os meios possam dar conta da pluralidade cultural e a consolidação da comunicação como um espaço de exercício da cidadania.

Também foram compartilhadas críticas acerca do modelo que domina atualmente os meios de comunicação:

Identificamos o sexismo, o racismo, a homo e lesbofobia nas representações, tanto nos produtos de entretenimento quanto informativos (jornalismo), a violência simbólica nas coberturas irresponsáveis sobre a violência contra as mulheres, a mínima participação das mulheres na programação e construção de plataformas digitais, além da invisibilização, esvaziamento e criminalização das lutas organizadas das mulheres e de outros movimentos sociais. Estas críticas também se estenderam ao que se conhece como “mídia progressista”, fundamental para a democratização da comunicação, mas que muitas vezes reproduzem os vícios da mídia hegemônica, como por exemplo, a invisibilidade das mulheres e das agendas feministas (Coletivo de Comunicadoras da MMM/SP, 2013).

Para a consolidação da comunicação feminista e popular, concluíram sobre a importância de se investir, a partir das práticas comunicativas cotidianas, na conformação de um formato que seja, de fato, uma alternativa à “mídia sexista, racista e neoliberal”:

Precisamos valorizar as linguagens e formas de comunicações das mulheres, as diferentes falas e formas de expressão. Precisamos ainda continuar disputando, ao lado dos movimentos de comunicação, as transformações no modelo vigente que servirão de transição a uma perspectiva comunicativa realmente nova e emancipadora: lutar por um Novo Marco da Comunicação que preveja a regulamentação pública dos meios, fortalecer o movimento de *Software Livre* e denunciar os crimes cometidos diariamente pela mídia hegemônica, que atingem diretamente nossas vidas (Coletivo de Comunicadoras da MMM/SP, 2013).

O primeiro dia da oficina terminou com a oficina-festa “Tecnologias livres, mulheres autônomas – Liberte seu computador”. As integrantes do coletivo que ainda possuíam *softwares* proprietários em seus computadores “libertaram suas máquinas”, a partir da instalação de *softwares* livres. As ativistas feministas acreditam que, por meio do empoderamento feminino e libertação de padrões opressores, poderão reivindicar o reconhecimento de suas diferenças e suas representações em distintos setores da sociedade.

O feminismo vem construindo espaços públicos alternativos, em nível local e global, nos quais novos sentidos, identidades, práticas transgressivas, rebeldias e resistências são forjados e retroalimentados.

Nos próximos capítulos serão abordadas as ferramentas de comunicação utilizadas pela Marcha Mundial das Mulheres, sob a ótica da ocupação dos espaços de resistência para mobilização e conscientização das mulheres em suas mais diversas causas.

2. A MARCHA NAS RUAS

“Torturar corpos é menos eficaz que moldar mentalidades.”

(Manuel Castells)

2.1. Comunicação e mobilização social

A partir da premissa de que a construção das relações de poder nas sociedades democráticas se faz por meio do livre acesso às informações, e que o “poder é exercido por meio da coerção e/ou pela construção de significado na mente das pessoas, mediante mecanismos de manipulação simbólica” (CASTELLS, 2013, p. 10), a intenção deste capítulo é analisar a função social dos meios de comunicação e sua importância para os movimentos sociais.

Castells (2013, 11) salienta que o processo de construção simbólica depende das “mensagens e estruturas criadas, formatadas e difundidas nas redes de comunicação multimídia” e que cada indivíduo constroi seu próprio significado, “interpretando em seus próprios termos as informações comunicadas”. O autor também afirma que “esse processamento mental é condicionado pelo ambiente da comunicação” e que as mudanças nesse ambiente afetam diretamente a construção de significados e, com isso, a produção das relações de poder.

Vicente Romano (1993) conceitua a comunicação humana como um processo que possibilita a conexão, a comunhão e a vinculação com os outros. É por meio da comunicação que são experimentadas as relações sociais, a vivência em comum, os sentimentos de pertencimento a uma comunidade. Para o autor, é de suma importância analisar a comunicação sob o ponto de vista do seu entorno, seu ambiente social, para contribuir com o seu equilíbrio. É preciso avaliar a forma como se dá o processo de comunicação, pois é este fato o responsável por vincular ou desvincular o homem do seu ambiente.

Antes de tratar a questão da Ecologia da Comunicação é preciso entender a Teoria da Mídia, de Harry Pross (1972), que divide a mídia em primária, secundária e terciária, e que defende que toda a comunicação começa e termina no corpo.

2.1.1. O corpo como mídia

Pross (1972, p. 127) defende que toda a comunicação começa e termina no corpo: “toda comunicação humana começa na mídia primária, na qual os participantes individuais se encontram cara a cara e imediatamente presentes com seu corpo; toda comunicação humana retornará a este ponto”.

Baitello Jr. (2005, p. 31) afirma que “a comunicação começa muito antes dos meios de comunicação de massa, muito antes da imprensa, do rádio, da televisão. Antes mesmo da invenção da escrita. A primeira mídia, a rigor, é o corpo”.

O corpo humano se comunica das mais diversas formas: a voz, o cheiro, os gestos, o gosto. Mas para que a comunicação primária aconteça, é preciso estar no mesmo espaço e no mesmo tempo do receptor. A mídia primária requer proximidade para funcionar e exige o tempo e o espaço do aqui e do agora.

Segundo Baitello Jr. (2005, 31), quando duas pessoas se encontram existe uma intensa troca de informações, que podem ser visuais, olfativas, auditivas, táteis, gustativas - dependendo do tipo de encontro. Existe, portanto, “um intenso processo de comunicação por meio de inúmeros vínculos, inúmeros canais, inúmeras relações, conexões e linguagens”.

Na mídia secundária, entre um corpo que emite um sinal e outro que recebe o sinal, existe um objeto, uma mídia, para transmitir a informação. Sendo assim, apenas o emissor necessita de um suporte para transmitir a informação, para prolongar, aumentar seu tempo de emissão, seu espaço de alcance, ou seu impacto sobre o seu receptor. Esse suporte pode ser de diversos tipos de materiais.

Aqueles meios de comunicação que transportam a mensagem ao receptor, sem que este necessite um aparato para captar seu significado, portanto são mídias secundárias a imagem, a escrita, o impresso, a gravura, a fotografia, também em seus desdobramentos enquanto carta, panfleto, livro, revista, jornal (PROSS, 1972, p. 128).

Segundo Baitello Jr. (2005), há um evidente avanço na relação do homem consigo mesmo, trazido pela mídia secundária, uma evidente expansão das fronteiras do seu imaginário e, portanto, de sua cultura. A mídia primária é presencial, exige a permanência de emissores e receptores em um mesmo espaço físico e num mesmo tempo, trata-se, portanto, da mídia do tempo presente.

A mídia secundária apresenta a possibilidade de permanência e a sobrevida simbólica após a presença do corpo, introduzindo um fator temporal novo, inventando o tempo lento, que é o tempo da escrita, da decodificação e da decifração, o tempo da imagem registrada sobre materiais permanentes, que permite o tempo lento da contemplação. Em contrapartida, a mídia secundária tem o limite de sua transportabilidade. O espaço ainda é um obstáculo. Para que a comunicação aconteça, é preciso enfrentar as dificuldades de transportar os suportes de informação.

A mídia terciária, segundo Pross (1972, p. 226), “são os meios de comunicação que não podem funcionar sem aparelhos tanto do lado do emissor quanto do lado do receptor”, entre os quais o telefone, o telégrafo, o cinema, o rádio, a televisão e produtos como discos, fitas de vídeos, CDs e DVDs.

Com o advento da era da eletricidade, desenvolveram-se sistemas de mediação mais sofisticados utilizando aparatos de emissão e captação das mensagens, desafiando as barreiras de espaço e de tempo.

Sobre as diferentes mídias, é importante destacar que o aparecimento da mídia secundária não suprime nem anula a primária e o mesmo acontece com as mídias terciárias. Elas não se eliminam, mas sim complementam etapas anteriores.

Dentre os pontos positivos trazidos por essa mídia, estão a redução (e em alguns casos até mesmo a anulação) do espaço e as facilidades no transporte físico da mensagem, graças aos sistemas de eletrificação, cabeamentos e redes. São inúmeras as possibilidades de geração, transmissão e conservação de mensagens. Em contrapartida, a aceleração do tempo e das sincronizações sociais são problemas graves gerados pelas mídias terciárias.

Outra questão a ser levada em consideração é a possibilidade de reprodução ilimitada e distribuição irrestrita de imagens visuais ou acústicas. Segundo Baitello Jr. (2005), tais possibilidades “(...) têm levado a comunicação humana a uma hipertrofia da visão e da visibilidade”.

Baitello Jr. (2005) aponta que algumas das consequências dos avanços das mídias seriam uma “hipertrofia dos sistemas de mediação mais complexos, à custa de uma atrofia dos sistemas primários simples”.

A necessidade de se observar e discutir esse tema parece relacionar-se com a incapacidade de análise crítica das consequências do processo de desenvolvimento da mídia eletrônica.

Baitello Jr. (2005) comenta que o advento das imagens repetidas e idênticas que se distribuem no espaço, faz emergir o fenômeno da superexposição, acompanhado de vazios, de déficits emocionais, que por sua vez, faz com que novas imagens sejam geradas para suprir a sensação do vazio e ludibriar sua transição por meio de outras transições. O resultado, como desdobramentos do processo de reprodutibilidade, é a multiplicação exacerbada de imagens cada vez mais onipresentes, em que o excessivo passa a ser cotidiano e a ocupar todos os espaços, inflacionando o valor de exposição.

Segundo Baitello Jr. (2005), Walter Benjamin (1980) acreditava que o processo de distribuição e acessibilidade ao conhecimento, ao qual chamava de politização da estética, seria uma ferramenta democratizante. No entanto,

A era da reprodutibilidade técnica, contudo, muito mais abriu as portas para uma escalada das imagens visuais que começam a competir pelo espaço e pela atenção (vale dizer, pelo tempo de vida) das pessoas. E o excessivo, o descontrole, muito mais conduziu a um maior esvaziamento deste valor de exposição e até mesmo pode estar levando ao seu oposto, um crescente desvalor, a uma crise da visibilidade (Cf. D. Kamper 1995) próxima do grau zero de comunicabilidade, sinalizando que houve um desvio de rota, uma recidiva, no prognóstico positivo da reprodutibilidade técnica na sociedade contemporânea. (...) Ao invés de democratizar o acesso à informação e ao conhecimento, tal reprodutibilidade fez muito mais esvaziar o potencial revelador e esclarecedor das imagens por meio delas próprias e seu uso exacerbado e indiscriminado (BAITELLO JR., 2005, p.14).

O antropólogo e anatomista Ashley Montagu (1988) estabeleceu um marco sobre o estudo dos sentidos, evidenciando a importância da proximidade e indo na contramão das tendências de comunicação, se desenvolvem cada vez mais baseada nos sentidos de distância. Sobre o pensamento crítico a respeito dos distanciamentos dos sentidos e suas consequências,

Montagu aponta ainda o traço, característico de algumas culturas, de cultivar a distância e criar bloqueios culturais contra a proximidade, sobretudo contra o toque, a carícia e o contato corporal. Procura demonstrar o que se perde e o que pode ser lesado na capacidade humana de se comunicar e até mesmo no desenvolvimento saudável do indivíduo, do grupo familiar e da sociedade (BAITELLO JR., 2005, p. 38).

2.1.2 Ecologia da comunicação

Vicente Romano (1993, p. 67) afirma que “o predomínio atual da mídia terciária na sociedade tecnificada de comunicações mediáticas deixa clara a falta e a necessidade da comunicação elementar humana”. Para ele, ao contrário do que se esperava, a crescente eletrificação das comunicações não ampliou o espaço nem o tempo das relações de proximidade. As relações sociais mais próximas, entre familiares e amigos, têm perdido espaço para a diversão eletrônica, mediada por aparelhos de comunicação, criadores de distância, gerando desequilíbrios e carências, que podem ser exemplificadas nas modernas formas de violência urbana, devido à falta de vínculos.

Segundo Baitello Jr. (2005, p. 30), “o equilíbrio comunicacional do homem pede a presença distribuída de distância e proximidade, a visão como um preparo para a proximidade e esta como um passo para a vida afetiva”. Ele defende que “a era da visibilidade nos transforma a todos em imagens, invertendo o vetor da interação humana, criando a visão que se satisfaz apenas com a visão”.

Os imperativos de uma sociedade fundada na visibilidade e suas estratégias são cada vez mais invasivos. Não apenas há uma inegável proliferação inflacionária das imagens. Essas imagens não são apenas visuais, mas também acústicas, performáticas e comportamentais, olfativas ou simplesmente mentais, distribuídas pela disseminação do imaginário que acompanha todo movimento cultural (BAITELLO JR., 2005, p. 28).

Devido aos crescentes avanços tecnológicos dos meios de comunicação, evidencia-se um fenômeno de descontextualização espaço x tempo da sociedade com o seu entorno. Romano (1998, p. 17) afirma que o tempo e o espaço não são apenas coordenadas da percepção, mas que também determinam os processos sociais da comunicação. O autor defende a importância de se averiguar como os meios de comunicação influenciam na constituição do tempo e do espaço e qual o papel desempenhado pelas novas tecnologias da informação e da comunicação.

É no entorno comunicacional que ocorre a troca do presente individual pelo presente coletivo: vivências e produção de sentidos que possibilitam a compreensão do passado, da história e também estimula a sensibilidade.

Devido a seu enorme poder na vida das pessoas, Romano (1993) chama a atenção para a necessidade de observação do entorno comunicacional pelo viés da ecologia e da sustentabilidade, pela forma como se dá o processo de vinculação. Vem à tona a importância de se discutir a democratização dos veículos midiáticos, frente ao seu poder desproporcional da perda de sentidos, que vem produzindo em grande escala na sociedade.

Sobre o papel e a importância da “pertencência”, nessa rede significativa que está no cerne de toda a vida, Cyrulnik diz que:

É preciso, pois, pertencer. Não pertencer a ninguém é não se tornar ninguém. Mas pertencer a uma cultura é tornar-se uma pessoa única... A pertença tem dois lados: a familiaridade e a filiação. A familiaridade é um sentimento que se experimenta e se reforça no cotidiano porque se enraíza na sensorialidade dos estímulos da vida doméstica. O sentimento de filiação, por sua vez, só existe na representação psíquica que se enraíza no contexto cultural. A familiaridade se alimenta de biológico, de memória e de sensorialidade cotidiana, ao passo que a filiação se alimenta de cultura (CYRULNIK, 1995, p. 75).

Sobre a necessidade humana de vínculos e pertencimento, Contrera (2003) afirma que “sem a formação de vínculos não há nenhuma possibilidade de comunicação em nenhuma instância de vida”. A autora defende que “dos micro-organismos às sociedades, os vínculos são a premissa básica para a formação dos vasos comunicantes capazes de alimentar e manter vivo qualquer sistema” (CONTRERA, 2003, p. 105).

Romano (1993) analisa o processo de privatização dos espaços públicos, que antes eram espaços de comunicação, festa e proximidade, não associados ao consumo, mas à celebração e à comunhão do espaço e do tempo e defende que a democracia, como sistema aberto, implica necessariamente espaços abertos, para que todos possam ter acesso. O espaço público deve ser lugar de encontro e interação social.

2.2. Novos espaços de representação e resistência

As relações de poder estão embutidas nas instituições da sociedade, particularmente nas do Estado. Entretanto, uma vez que as sociedades são contraditórias e conflitivas, onde há poder há

também contrapoder – que considero a capacidade de os atores sociais desafiarem o poder embutido nas instituições da sociedade com o objetivo de reivindicar a representação de seus próprios valores e interesses (CASTELLS, 2013, p. 10).

Partindo da premissa de Castells (2013, p. 10), de que “as relações de poder são constitutivas da sociedade porque aqueles que detêm o poder constroem as instituições segundo seus valores e interesses”, e que “o poder é exercido por meio da coerção e/ou construção de significado na mente das pessoas, mediante mecanismos de manipulação simbólica”, conclui-se sobre a importância da comunicação como ferramenta de mobilização e engajamento social.

Milton Santos (2000) esboça um mapa político no qual as sociedades se encontram pressionadas, dilaceradas e, ao mesmo tempo, mobilizadas por dois grandes movimentos: o das migrações sociais e o dos fluxos técnicos-informacionais, cuja densidade está alterando tanto os modos de produção quanto os de convivência. Sob essa perspectiva, é possível ver a globalização como “perversidade e também como possibilidade”.

Para Santos (2000, p. 46), “a globalização inventa o processo avassalador do mercado, um processo que uniformiza o planeta e, ao aprofundar as diferenças locais provoca desunião e leva à perversidade sistêmica”. Contudo, a globalização também oferece possibilidades de mudança, visto que, com a apropriação das novas tecnologias de comunicação e informação por camadas sociais tidas como subalternas, acaba por provocar uma significativa reconfiguração na relação entre populações e territórios, proporcionando mestiçagem de culturas e filosofias.

Segundo Miklos (2014, p. 122), com o processo de globalização e desenvolvimento tecnológico da comunicação, o espaço local, na qualidade de lugar antropológico, acaba sofrendo transformações por conta do processo de homogeneização cultural.

Para Sodré (2008, p. 33), “a diversidade humana é algo a ser mais sentido do que entendido”. Ele questiona o fato de que “comparamos como se fosse o caso de identificar objetos” assim como “para exercer poder, para dominar”. Ele afirma que “aquilo que nós experimentamos de uma cultura, principalmente da nossa, é a diversidade de seus repertórios, nos quais se mostram hábitos, enunciados e simbolizações”.

Em face de uma adversidade, a ótica hegemônica, pressionada por um consenso comportamental proveniente de uma estrutura intelectual, limita-se apenas a reconhecer a pluralidade. Um exemplo significativo desse consenso é a Unesco – Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura –, segundo a qual “diversidade cultural refere-se à multiplicidade de formas pelas quais as culturas dos grupos e sociedades encontram sua expressão. Tais expressões são transmitidas entre e dentro dos grupos e sociedades”.

(...) a diversidade cultural se manifesta não apenas nas variadas formas pelas quais se expressa, se enriquece e se transmite o patrimônio cultural da humanidade mediante a variedade das expressões culturais, mas também através dos diversos modos de criação, produção, difusão, distribuição e fruição das expressões culturais, quaisquer que sejam os meios e tecnologias empregados (UNESCO, 2007, p. 5, art. 4.1).

O entendimento da Unesco se dá em função de um processo de assimilação e conscientização generalizada, e a importância do diálogo entre os modos de apropriação simbólica distintos para a denominação de uma relação entre cultura e desenvolvimento socioeconômico. A evolução das tecnologias de comunicação e informação, mesmo proporcionando novas oportunidades para a interação entre culturas, é também um “desafio para a diversidade cultural, especialmente no que diz respeito aos riscos de desequilíbrios entre países ricos e pobres”. Esse consenso se valoriza no âmbito dos processos contra-hegemônicos, no universo das mais diversas representatividades que ainda permite espaços analíticos sobre o conceito de diversidade.

Tendo como base os conceitos do teórico e político italiano Antonio Gramsci, Paiva (2008, p. 164) interpreta o conceito de hegemonia como “uma forma de poder caracterizada por uma postura totalizante, generalizada, mas que se dá com o consentimento ou a aceitação dos demais”. Para a autora, a passividade de quem aceita e se converte à posição de seguidor ou dominado pode ser reconhecida desde uma infinidade de ângulos, da posição subalterna até a escravidão consentida. “O fato é que se corrobora, em quaisquer das vertentes, a existência de uma situação de menor ou nenhum poder arbitral, apenas de cumprimento e aceitação de uma situação dada”.

O conceito de hegemonia de Gramsci não se restringe apenas às formas de controle ideológico-cultural que exercem a dominação, mas engloba também

Todo um conjunto de práticas e expectativas, sobre a totalidade da vida: nossos sentidos e distribuição de energia, nossa percepção de nós mesmos e nosso mundo. É um sistema vivido de significados e valores – constitutivo e constituidor – que, ao serem experimentados como práticas, parecem confirmar-se reciprocamente (WILLIAMS, 1979, p. 113).

São inúmeros os exemplos de experiências de resistência ao pensamento único, que vão desde a apropriação de territórios, movimentos juvenis de contestação, rádios livres e comunitárias, políticas públicas de comunicação e programas televisivos alternativos, entre outros.

Moraes (2008) apresenta a proposta de reflexão sobre a emergência da comunicação alternativa como meio de difusão contra-hegemônica, suas possibilidades e seus limites atuais. Segundo o autor (2008, p. 59), “para reforçar vínculos entre os movimentos sociais e comunitários, é crucial a interdependência com veículos alternativos que possam dar conhecimento social aos seus pleitos, quase sempre ignorados ou menosprezados pela mídia”.

A meta dos veículos alternativos, segundo Moraes (2008) é interferir nos embates contra-hegemônicos, forjando espaços de manifestação ideológica que se contraponha à lógica do capital. Sobre as diferenças da comunicação tradicional para a alternativa, o autor destaca o caráter conformista da primeira em oposição ao caráter contestador da outra. Sua essência estaria na oposição ao pensamento único.

2.2.1 Mídia Radical

Mídia radical, conceito cunhado por Downing (2004), é uma alternativa que constitui a forma mais atuante da audiência ativa a expressar tendências de oposição, incluindo diversas atividades como o teatro de rua e a dança entre outras manifestações comunicacionais.

Segundo Machado, em sua apresentação à edição brasileira:

São experiências radicais em que as mídias foram praticadas fora de sua expressão industrial hegemônica, por sujeitos sociais movidos por projetos de intervenção crítica, expressando posições alternativas às políticas dominantes, mesmo quando essas experiências são comparativamente menos extensivas que aquelas praticadas nos setores de entretenimento de massa amparados pelo capital global (MACHADO *apud* DOWNING, 2004, p.10).

Sobre o conceito de mídia radical, Downing (2004, ps. 21 e 22) refere-se “à mídia – em geral de pequena escala e sob muitas formas diferentes – que expressa uma visão alternativa às políticas, prioridades e perspectivas hegemônicas”. Ele destaca a “urgência do ativismo da mídia diante dos bloqueios da expressão pública¹¹”, e defende que esta não seria a única resposta, sendo necessário também “campanhas de alfabetização pela mídia, a crescente democratização dos meios de comunicação, a popularização técnica e científica e o apoio aos profissionais da mídia que lutam para elevar o nível da prática da mídia tradicional”.

A função das mídias radicais é provocar discussões que muitas vezes são ignoradas pela mídia convencional e dar cobertura às manifestações realizadas, trazendo visibilidade às questões que estejam em discussão e até mesmo a desenvolver novos temas.

Machado (2004, p. 10) destaca que “quando vinculadas a movimentos sociais autênticos, as mídias radicais colocam em evidência o imenso potencial estético, cognitivo, comunicativo e mobilizador dos meios massivos de expressão”.

Tendo como base a observação dos movimentos sociais, bem como sua natureza e perspectivas para os novos movimentos sociais em rede, Castells (2013) afirma ser possível identificar os novos rumos da mudança social dessa época e também estimular um debate sobre as implicações práticas e políticas dessas hipóteses. Ele acredita que “a luta fundamental pelo poder é a batalha pela construção de significados na mente das pessoas”. (CASTELLS, 2013, p. 11)

Os atores da mudança social são capazes de exercer influência decisiva utilizando mecanismos de construção do poder que correspondem às formas e aos processos de poder na sociedade em rede. Envolvendo-se na produção de mensagens nos meios de comunicação de massa e desenvolvendo redes autônomas de

¹¹Que se erguem de muitos setores: dos poderosos elementos que compõem a dinâmica da economia capitalista, do silêncio do governo, do obscurantismo religioso, dos códigos patriarcais e racistas institucionalizados, de outros códigos hegemônicos aparentemente naturais e razoáveis, do impacto insidioso do populismo reacionário e também dos reflexos de tudo isso na esfera dos próprios movimentos oposicionistas (DOWNING, 2004, p. 22).

comunicação horizontal, os cidadãos da era da informação tornam-se capazes de inventar novos programas para suas vidas com as matérias-primas de seu sofrimento, suas lágrimas, seus sonhos e esperanças. Elaboram seus projetos compartilhando sua experiência. Subvertem a prática da comunicação tal como usualmente se dá, ocupando o veículo e criando a mensagem. Superam a impotência de seu desespero solitário colocando em rede seu desejo. Lutam contra os poderes constituídos identificando as redes que os constituem (CASTELLS, 2013, p. 11).

Castells afirma que os movimentos sociais precisam se relacionar com a sociedade em geral. E embora o uso das redes telemáticas hoje seja de grande relevância na propagação das mensagens, a construção de um espaço público, “criando comunidades livres no espaço urbano” (2013, p. 14) é de fundamental importância. Dentre os motivos listados por Castells estariam: a criação de uma comunidade, justamente pelo fato de ter como base a questão da proximidade; o fato de que os espaços ocupados são geralmente carregados de poder simbólico como o de “invadir áreas do poder de Estado ou de instituições financeiras”; e, concluindo, a questão de que quando se constrói uma comunidade livre num espaço simbólico, “os movimentos sociais criam um espaço público”.

O conceito de comunidade ressurgiu e se recria em processo correlato ao da globalização. Paiva (2007) reflete se a tecnologia realmente diminuiu distâncias, ou se a vida comunitária precisa ser reinterpretada para possibilitar o estreitamento dos laços de convivência. Para a autora, é possível utilizar, de forma mais eficaz, a comunicação para preencher o vazio de sociabilização.

Segundo Miklos (2014, p. 107), o conceito de comunidade “indica um grupo de indivíduos que compartilham o mesmo território, os mesmos valores e crenças, e cujo laço social estabelece uma solidariedade intensa entre eles”. Ela seria marcada pela homogeneidade entre os indivíduos que a compõe e a predominância das relações pessoais, os laços familiares, tradições e ritos coletivos.

Uma comunidade se sustenta em interesses comuns, temporais e duradouros, com objetivo de manter atividade e coexistência, também comuns, dos seres humanos. Nesse contexto se desenvolve vivência, consciência e sentimento de pertencimento, que orienta as ações dos membros do grupo, como o estabelecimento de normas que regem as relações e o comportamento de cada um.

Miklos (2014, p. 109) ressalta que é preciso enxergar as novas configurações de comunidade na atualidade, sem desprezar os conceitos clássicos. Segundo ele,

“há nuances nos conceitos de comunidade que merecem ser recuperados e/ou atualizados. Comunidade não pode ser tomada como qualquer coisa, como um aglomerado, um bairro, grupo social, um segmento social”. Elementos como “interação, participação, confluência em torno de interesses, algumas identidades, sentimento de pertença, caráter cooperativo” são listados por ele como “indispensáveis para que se caracterize comunidade”.

A comunicação comunitária, por sua vez, é caracterizada pela “proximidade, seja de matriz geográfica local ou por vínculos identitários de matriz cultural, histórica, linguística, física ou de ação política” (MIKLOS, 2014, p. 111). Segundo o autor, a comunicação comunitária engloba os mais diversos meios e modalidades de comunicação, sob o controle de organizações comunitárias e movimentos sociais. Trata-se de um espaço para participação democrática, como expressão das lutas populares por melhores condições de vida.

2.3. A Marcha Mundial das Mulheres nas ruas

Pross (1989, p. 17) defende que “o público abre-se ao protesto, leva-o adiante e pode fazer dele seu lema ou rejeitá-lo”. Ele exemplifica a coleta de assinaturas, ou uma manifestação nas ruas, como formas de trazer visibilidade e engajamento social. Para ele, enquanto a coleta de assinaturas pode apresentar uma impressão abstrata, as manifestações nas ruas, a ocupação dos espaços públicos, surtem efeitos posteriores por intermédio das testemunhas presentes, como fotógrafos e operadores de câmeras, responsáveis pela posterior difusão pelos meios de comunicação.

Segundo Paiero (2007, p. 167), em busca de visibilidade, os organizadores dos protestos muitas vezes procuram “adicionar elementos que acreditam ser atraentes para os meios de comunicação”. Para ela, ao escolher a forma como irá retratar o protesto na mídia, a imprensa acaba interferindo, direta ou indiretamente, na manifestação.

O protesto, como resposta pública à determinada circunstância a que se faz oposição, é dirigido sempre a dois destinatários: a quem se faz a oposição e a um público terceiro, do qual se quer apoio. O formato escolhido para a comunicação, que define a natureza do protesto, é o de ampliar ao máximo a visibilidade de sua ação e, com isso, chamar a atenção para o motivo primeiro. (PAIERO, 2007, p. 167)

O protesto, segundo Denise Paiero (2007, p. 168) “é uma das manifestações comunicativas onde a mídia primária aparece com muita força”. Nas ruas, com a participação física dos ativistas, a comunicação primária estaria presente “nas palavras de ordem, nos gritos e nos gestos obscenos, na infinidade de manifestações”. O corpo, por vezes, é o único elemento de uma manifestação.

Figura 12 – Matéria publicada no Portal Terra sobre as ações de protestos no Dia Internacional da Mulher, em 08 de março de 2014



Fonte: Portal Terra (2014)

Diversos movimentos feministas saíram às ruas neste sábado para protestar contra o machismo e pela ampliação dos direitos das mulheres. A Marcha Mundial das Mulheres conta com batucues, bandeiras, palavras de ordem e panfletagem. Segundo a página do grupo na internet, a iniciativa é pelo “combate à violência sexista, (contra) a mercantilização do corpo da mulher, inclusive no período de Copa do Mundo, (pelo) direito do aborto legal e seguro,

construção do Plebiscito Popular por uma Constituinte Exclusiva e soberana que faça valer paridade de gênero, representação e políticas públicas efetivas para mudar a vida das mulheres (...)."

O principal tema levantado é a prostituição durante a Copa do Mundo. "Nós repudiamos a cooptação do discurso feminista 'meu corpo me pertence' para 'meu corpo é meu negócio'. Por isso, somos contra o projeto do Deputado Jean Wyllys que legaliza a cafetinagem, consolida a sexualidade como um serviço comercial de compra e venda e aprofunda a exploração das mulheres", diz a representante da marcha em São Paulo, Maria Fernanda.

Os protestos em Curitiba contaram com a presença de membros da Marcha das Vadias e do Com Lutas. Em São Paulo, diversas entidades e até partidos políticos se envolveram no protesto, que teve início na Avenida Paulista.

Os protestos foram da Marcha Mundial das Mulheres foram programados para São Paulo (em frente ao Masp), Campinas (SP), Belo Horizonte (MG), Rio de Janeiro (na Lapa), Parintins (AM), Mossoró (RN), Recife (PE), Aracaju (SE), Esteio e Porto Alegre (RS), Belém (PA), Salvador (BA), Brasília (DF), Cuiabá (MT) e nas cidades cearenses de Canindé, Quixadá e Fortaleza. (PORTAL TERRA, 2014)

O corpo nu, por exemplo, é muito utilizado em manifestações, por se tratar de um ato considerado fora dos padrões sociais. Muitos movimentos feministas, de países distintos, já utilizaram esse recurso, principalmente em protestos contra a violência sexista, como as ações da "Marcha das Vadias". Protestos como estes ganham visibilidade midiática, tanto pelo "choque moral do nu que desafia a ordem, quanto pela irreverência ou pelo deboche" (PAIERO, 2007, p. 169).

As mídias secundárias presentes em protestos podem ser exemplificadas, segundo Paiero (2007), pelos corpos pintados, amarrados, fantasiados, em que tais materiais se tornam extensão do corpo, com a função de comunicar algo.

A Marcha Mundial das Mulheres busca por meio de suas manifestações, nas ruas ou em praças públicas, mobilizar a participação de ativistas e simpatizantes. Serão apresentados a seguir exemplos de ações realizadas pela MMM com foco nas comunicações primárias e secundárias (PROSS, 1972). Estas ações, também consideradas como exemplos de mídias radicais (DOWNING, 2004), serão descritas e representadas por imagens produzidas pela Marcha¹².

¹² Em alguns momentos será preciso retomar alguns tópicos do capítulo 1, em que se explica o que é o coletivo e seus principais feitos.

2.3.1. As marchas internacionais

As marchas, passeatas e aglomerações públicas são eventos de protestos em que “quem participa cede seu corpo para a multidão, torna-se parte de uma massa de corpos que só faz sentido a partir da aglomeração voluntária. Perde-se a individualidade do corpo em favor da massa que adquire vontade e ação próprias” (PAIERO, 2007, p. 172).

Figura 13 – Logotipo da Marcha Mundial das Mulheres, em 2000



Fonte: MMM (2014)

Como mencionado no Capítulo 1, a Marcha Mundial das Mulheres já realizou três marchas internacionais (2000, 2005 e 2010) e agora se prepara para sua quarta edição em 2015. Organizadas a partir do chamado “2000 razões para marchar contra a pobreza e a violência sexista”, a primeira marcha internacional contou com a participação de mais de 5000 grupos de 159 países e territórios. Seu encerramento mobilizou milhares de mulheres em todo o mundo.

Nesta ocasião, foi entregue à Organização das Nações Unidas (ONU), em Nova Iorque, um documento com dezessete pontos de reivindicação, apoiado por cinco milhões de assinaturas. Essa ação foi caracterizada como um primeiro chamado de largo alcance, um passo no sentido da consolidação da MMM como movimento internacional.

Como afirma Paiero (2007, p. 172), o número de manifestantes é sempre muito relevante. “Passeata ou ato público bem sucedido é aquele que consegue juntar muitos corpos. É aquele que ocupa um grande espaço com corpos manifestando-se a favor da causa do protesto”.

Figura 14- 2.ª Marcha Mundial das Mulheres, em 2005



Fonte: MMM (2014)

A segunda ação da Marcha aconteceu no dia oito de março de 2005, em São Paulo, e reuniu 30 mil mulheres de 16 estados brasileiros. Também estiveram presentes representações de movimentos como o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, Movimento de Mulheres Camponesas, Movimento de Trabalhadores Desempregados, União dos Movimentos de Moradia, Confederação

Nacional dos Trabalhadores na Agricultura, dentre outros, além de delegadas de Quebec, Canadá (que na época sediava o Secretariado Internacional) e de Burkina Faso, país de encerramento da Marcha. “A ação retomou o caráter de rua ao movimento feminista brasileiro” (MMM, 2013).

Para a mobilização, foi construída internacionalmente uma carta que expressou as demandas das mulheres no mundo, contendo cinco valores como eixo principal: liberdade, autonomia, igualdade, paz e solidariedade.

Figura 15 - A Colcha da Solidariedade



Fonte: MMM (2014)

Junto à carta seguiu uma colcha com retalhos que foi sendo construída durante a sua passagem pelos países, unindo mulheres de países e territórios em conflito e despertando o interesse de muitas jovens em participar do movimento feminista. A colcha ficou conhecida como “A Colcha da Solidariedade”.

Defendemos a visão de que as mulheres são sujeitos ativos na luta pela transformação de suas vidas e que ela está vinculada à necessidade de superar o sistema capitalista patriarcal, racista, homofóbico e destruidor do meio ambiente (MMM, 2013).

Em 2010, a 3.^a ação internacional da MMM no Brasil foi marcada por uma marcha entre Campinas e São Paulo, entre os dias 8 e 18 de março, na qual mais de três mil mulheres de todo o país marcharam 120 quilômetros. A cada dia, as mulheres percorriam cerca de 12 km, saindo em marcha por volta das 6 horas da manhã e chegando ao ponto seguinte por volta do meio-dia. Na parte da tarde, eram realizados debates e oficinas de formação sobre a plataforma política da Marcha.

Figura 16 – Chamada para a 3.^a Marcha Mundial das Mulheres, em 2010



Fonte: Geledés (2009)

Como afirma Paiero (2007, p. 173), “quanto mais difícil esse caminho, quanto maior o sofrimento do corpo, maior o destaque que o protesto recebe na grande mídia”. Evento deste porte, além de ocupar espaços públicos e estradas, também consegue ampla cobertura dos veículos de massa e espaço na pauta midiática.

Desde seu lançamento em 2000, a Marcha Mundial das Mulheres cresceu muito no Brasil. Há uma grande presença de mulheres jovens que descobrem o feminismo a partir das ações e se dispõem a fazer parte do movimento.

Figura 17 - 3.ª Marcha Mundial das Mulheres, em 2010



Fonte: MMM (2014)

Com o tema “Seguiremos em marcha até que todas sejamos livres”, a terceira ação internacional se baseou nos quatro campos de atuação sobre os quais a Marcha Mundial das Mulheres tem se debruçado: bem comum e serviços públicos, paz e desmilitarização, autonomia econômica e violência contra as mulheres. Cada um desses eixos se desdobra em reivindicações que apontam para a construção de outra realidade para as mulheres em nível mundial.

Reunindo mulheres rurais, urbanas, indígenas, negras, brancas, jovens, adultas, lésbicas, bissexuais e heterossexuais, a 3.ª Ação da Marcha Mundial das Mulheres representou um marco definitivo para o movimento feminista no Brasil.

A marcha de 2010 saiu de Campinas e chegou em São Paulo, passando por Valinhos, Vinhedo, Louveira, Jundiaí, Várzea Paulista, Cajamar, Jordanésia, Perus e Osasco.

Sobre a organização das marchas, Moreno (2010) esclarece que tudo é construído pelas mulheres, organizadas em equipes: infraestrutura, distribuição de água, saúde, comunicação, formação e cultura, cozinha e segurança.

Em relação às principais dificuldades, Moreno (2010) comenta que os 10 dias de caminhada foram difíceis, mas demonstraram a força das mulheres organizadas, que tiveram que vencer o desafio de caminhar entre 8 e 14 quilômetros por dia, participar da formação feminista, contribuir com a organização do alojamento e a limpeza da cozinha. Foi também um momento de intenso intercâmbio de experiências de vida, luta e sonhos entre as mulheres de todo o Brasil.

Moreno (2010) também descreve a recepção das mulheres nas cidades como muito positiva e com aplausos. Muitas cantavam juntas as músicas compostas pela MMM e liam atentamente as publicações distribuídas. O objetivo da Marcha era fazer com que em cada uma dessas cidades as mulheres se organizassem para dar sequência às discussões propostas.

Alguns motoristas nas estradas ou nas ruas costumavam gritar para as mulheres. Diziam que tínhamos que ir trabalhar, mas todas as mulheres respondiam com nossas palavras de ordem (tipo: “João, João, cozinha o seu feijão”). Enfim, afirmamos nestes dias o nosso lema internacional, de que “Seguiremos em marcha até que todas sejamos livres”, e demonstramos na prática que o feminismo ainda é necessário e que estamos construindo a cada dia um feminismo popular, de todas as mulheres para conquistar liberdade, igualdade e autonomia (MORENO, 2010).

Segundo o Coletivo da MMM-SP (2013), “a percepção registrada pelas mulheres é de que participar dele ajuda a politizar o cotidiano, questionar o trabalho doméstico, ir às ruas”. Para o Coletivo, “os caminhos de enfrentar o machismo, pouco a pouco, vão ficando mais nítidos. Assim, fortalecer a marcha é fortalecer as mulheres, e fortalecer as mulheres é fortalecer a luta feminista”.

Figura 18 - Encontro de Formação durante a 3.^a Marcha Mundial das Mulheres



Fonte: MMM (2014)

2.3.2. Os encontros internacionais

Os encontros internacionais da Marcha Mundial das Mulheres são momentos de construção coletiva de análise e propostas que partem da experiência e do momento do movimento feminista no qual o mesmo se realiza. Segundo artigo publicado no blog da Marcha, a realização do 9.^o Encontro Internacional da Marcha Mundial das Mulheres no Brasil foi de “grande relevância política para pensar o combate às opressões que ameaçam a vida das mulheres e dos homens”.

O fato de a realização do evento, que ocorreu no dia 9 de agosto de 2013, ter acontecido no Brasil, trouxe ao encontro um caráter ainda mais especial para as brasileiras que assumiram o desafio de facilitar a construção de um feminismo internacional profundamente enraizado nas lutas locais.

A realização do encontro contribuiu para uma sistematização dos 15 anos de construção do movimento no Brasil, inserido em um contexto de mudanças e permanências na sociedade brasileira. O Brasil é o país que coordena o secretariado internacional do movimento desde o ano de 2006.

Os objetivos do encontro se concentram em refletir sobre a contribuição da Marcha para “reposicionar o feminismo em um campo político que tem como horizonte a superação do capitalismo patriarcal, racista e lesbofóbico e reconhecer os aprendizados de luta das mulheres em marcha”.

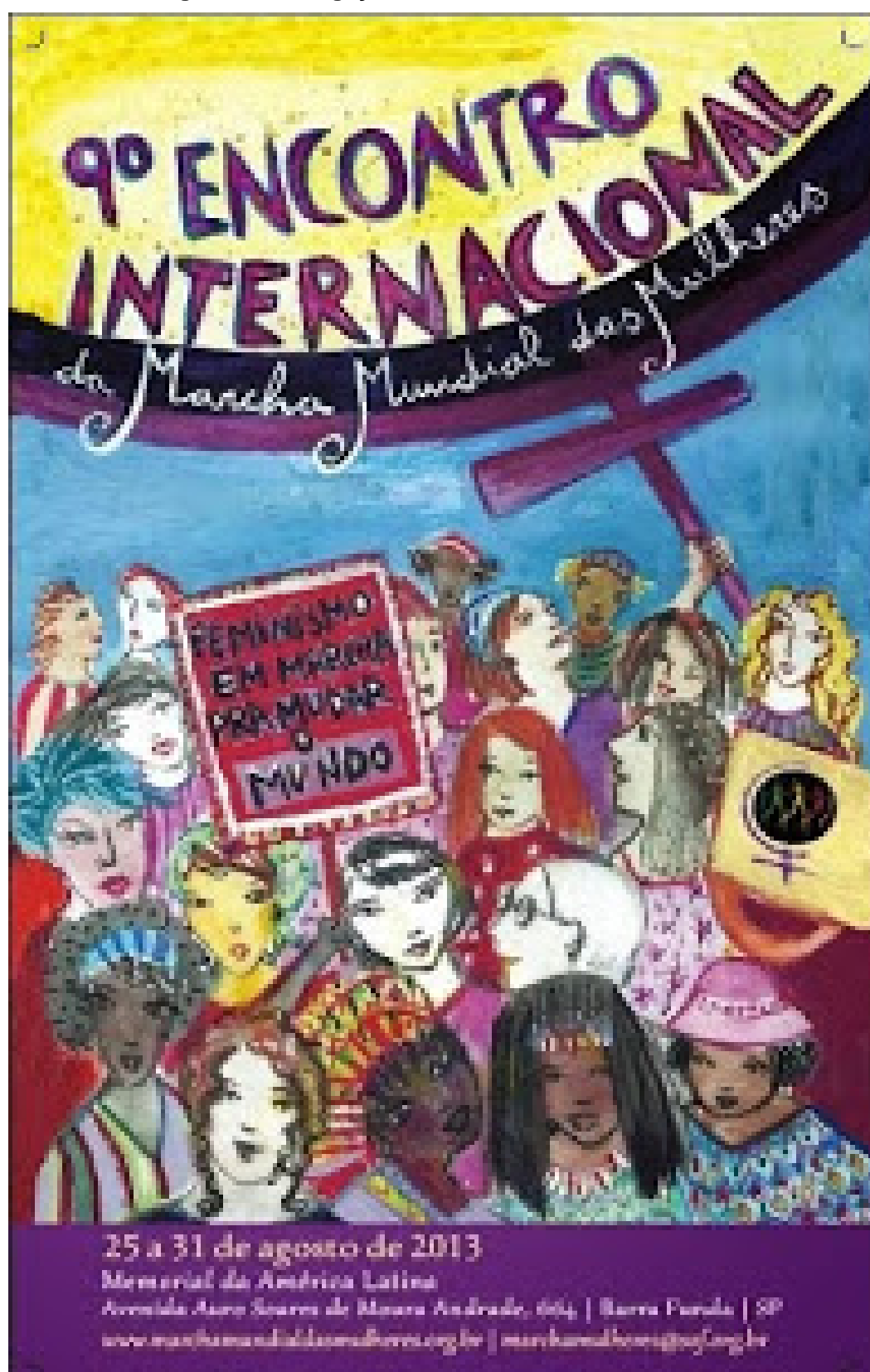
O encontro também possibilitou a oportunidade de refletir sobre as trajetórias do feminismo e aprofundar o debate sobre o avanço do capital sobre os territórios, trabalho e corpo das mulheres que utilizam a militância como ferramenta de controle.

Representantes de Moçambique, por exemplo, denunciaram as políticas de controle de seus territórios, que destroem as condições de sobrevivência, produção e autonomia econômica das mulheres para beneficiar empresas. As brasileiras estão no mesmo processo de resistência, como por exemplo, o avanço da mineração em Minas Gerais. Da mesma forma, desde as Filipinas e Bélgica, as militantes apresentaram como organizam a resistência à mercantilização do corpo, denunciando e combatendo o aumento da prostituição e tráfico de mulheres.

“O que estamos questionando é esta lógica da vida que produz as mulheres para que sejam consumidas, fazendo com que seus corpos, trabalho e sexualidade estejam disponíveis e a serviço dos homens e do capital”, defende uma militante camponesa da Bahia.

A articulação entre estas e outras questões, na análise e na prática política, é uma das características deste feminismo contemporâneo.

Figura 19 - Divulgação do 9.º Encontro Internacional



Fonte: MMM (2014)

2.3.3. Batucada Feminista

O grupo de mulheres militantes que compõe a Batucada Feminista surgiu no Brasil em 2003 como mais um instrumento de luta da Marcha Mundial das Mulheres. A Batucada é um espaço no qual as mulheres podem criar e recriar músicas e ritmos militantes, mostrando a irreverência do movimento e discutindo os temas globais da sociedade como um instrumento de reconstrução do cotidiano.

Figura 20 - Batucada Feminista



Fonte: MMM (2013)

Tocar é uma forma direta de ação política, de levar o feminismo para os olhares e ouvidos da rua, expressando nossas lutas ocupando o espaço público. Aprendemos a nos organizarmos e coordenar nossos próprios ritmos de forma criativa e inclusiva. Batucar é divertido, nos faz sentir bem e eleva os espíritos frente à adversidade. Organizar uma batucada feminista é uma ação militante bem prazerosa e fácil de desenvolver. (MMM, 2013)

A Batucada é um espaço irreverente e permanente de organização, que, além de ser utilizado para a discussão política, é um instrumento de visibilidade das ações da Marcha, seja no espaço de auto-organização ou nos espaços de militância mista. Trata-se de uma ferramenta de ousadia na construção de novos ritmos, músicas e palavras de ordem a partir do cotidiano da vida e da luta das mulheres e que os retratam, seja na denúncia do machismo ou nas alternativas encontradas pelas mulheres para a construção de um mundo igual.

Quando tocamos na batucada estamos dizendo que queremos outras práticas e que não aceitamos a cultura musical machista e preconceituosa que ouvimos todos os dias, seja no rádio, nos shows ou nos programas de TV, que utiliza as mulheres como iscas de mercado. (MMM, 2013)

Os instrumentos utilizados nas batucadas são feitos prioritariamente de materiais reciclados ou que fazem parte do cotidiano das ativistas, como tambores de plástico, latas de querosene, latinhas de refrigerante e cerveja, cabos de vassoura e garrafas plásticas.

Segundo as militantes, além do debate e alegria que a batucada proporciona, o ritmo ajuda a gerar concentração, unidade e força nos momentos de ação coletiva.

2.3.4. Lambe-lambe

A Operação Lambe-lambe consiste em reunir as ativistas para fazer a colagem dos cartazes de protesto. Essa ação pode acontecer de duas formas: “na calada da noite, de forma anônima ou em mutirões, o que permite cobrir áreas maiores, com a expectativa de gerar surpresa no dia seguinte” ou “à luz do dia, numa versão intensiva e performática, que exige contato direto com as pessoas que estão passando pelas ruas, o que possibilita aproximação e abordagem direta, e, até mesmo, a ação de distribuição de panfletos informativos”.

Reúna as companheiras para tomar um guaraná e com alguma criatividade feminista, inventem mensagens radicais, curtas, diretas, irônicas, raivosas, poéticas, como preferirem. (MMM, 2013)

Figura 21 - Operação Lambe-Lambe no período da Copa do Mundo, em 2014



Fonte: MMM (2014)

Após exposição das mídias primária e secundária utilizadas pela MMM em busca de mais visibilidade e empoderamento das mulheres, o próximo capítulo analisará o papel da mídia terciária, especificamente a Internet, como ferramenta de exposição e discussão dos temas feministas.

Também será analisada a forma como as redes sociais telemáticas são utilizadas pela Marcha Mundial das Mulheres no processo de fortalecimento dos vínculos entre as ativistas feministas, por meio de suas ferramentas de relacionamento, produção e compartilhamento dos conteúdos e ações realizadas pelo movimento.

Figura 22 - Operação Lambe-Lambe



Fonte: MMM (2014)

3. MULHERES EM REDES

“Estamos na rede articulando o mesmo feminismo que marca presença nas ruas, entendendo que o virtual é mais uma expressão do real, e que as novas ferramentas da Internet podem servir para potencializar ainda mais a nossa luta.”

(Marcha Mundial das Mulheres)

3.1. Sociedade e mobilização em rede

O terceiro e último capítulo tem como objetivo apresentar as formas de apropriação das redes sociais telemáticas como ferramentas de comunicação alternativa para os movimentos sociais, em especial, o movimento da Marcha Mundial das Mulheres. Para isso, primeiramente é necessário a compreensão de conceitos presentes no cenário da cibercultura e da sociedade em rede.

Eugênio Trivinho (2007) considera que a cibercultura ou cultura digital é marcada pela cultura pós-moderna. Trata-se de uma época pautada pela saturação da informação, pela lógica da fragmentação, pela ausência (total ou parcial) de finalidade e incerteza estrutural e pelo imperativo da velocidade. Cibercultura é um conceito utilizado para nomear o tempo em curso, recobrando a fase digital do capitalismo.

Para Trivinho: “a cibercultura designa a configuração material, simbólica e imaginária da vida humana correspondente à predominância mundial das tecnologias e redes digitais avançadas na esfera do trabalho, tempo livre e do lazer” (2007, p. 116). Segundo o autor, a cibercultura é o mundo em curso em todos os setores: a) informatização: refere-se à adaptação de métodos tradicionais de trabalho ou atividade ao uso de sistemas computadorizados; b) virtualização: define-se como a fase sofisticada e avançada do processo atual de informatização; c) ciberespacialização, ou seja, uma manifestação do ciberespaço em tempo real.

Sobre o conceito de redes, Castells (2003, p. 7) define como “um conjunto de nós interconectados”. O autor complementa que “a formação de redes é uma prática humana muito antiga, mas ganharam vida em nosso tempo transformando-se em redes de informação energizadas pela Internet”.

Castells (2003) afirma que uma rede¹³ não tem centro e que, mesmos uns nós sendo mais importantes que os outros, todos estão interligados. Esse caráter de descentralização e horizontalidade de uma rede tem sido utilizado em organizações e grupos de indivíduos, que estabelecem relações mais cooperativas entre si.

Castells (2013, p. 11) defende que “os seres humanos criam significados interagindo com seu ambiente natural e social, conectando suas redes neurais com as redes da natureza e com as redes sociais¹⁴”. Para ele, “a constituição de redes é operada pelo ato da comunicação” que, por sua vez, “é o processo de compartilhar significado pela troca de informações”. Ele também esclarece que a contínua transformação da tecnologia da comunicação na era digital amplia o alcance dos meios de comunicação para todos os domínios da vida social, numa rede que é simultaneamente global e local, genérica e personalizada, num padrão em constante mudança.

Sobre o conceito de Internet, Castells (2003, p. 8) define como “um meio de comunicação que permite, pela primeira vez, a comunicação de muitos para muitos, num momento escolhido, em escala global”. O autor compara o papel da tecnologia da informação nos dias de hoje à importância da eletricidade para as sociedades da era industrial, em razão de sua capacidade de distribuir a informação por todo o domínio da atividade humana, colocando a Internet como “base tecnológica para a forma organizacional da era da informação: a rede”.

Sobre virtudes da rede, como ferramenta organizacional, Castells (2003) aponta a flexibilidade e adaptabilidade, que seriam características essenciais para sobreviver e prosperar num ambiente em rápida mutação. Seu grande problema estaria na dificuldade em coordenar funções, em concentrar recursos em metas específicas e em realizar uma dada tarefa dependendo do tamanho e complexidade da rede. “Como os componentes da rede são diversos em sua natureza, estrutura e capacidade de ação, é preciso trabalhar na perspectiva de compatibilizar tempos heterogêneos e buscar consensos parciais para cada momento do processo” (MIKLOS, 2014, p. 115).

¹³ Segundo Miklos (2014, p. 113) “a palavra rede origina-se do latim *rete*, *retis*, com o sentido de teia (de aranha); rede, laço; sedução”. Segundo o autor “a base da atuação em rede é a construção da confiança entre os participantes”. Construir redes, segundo Miklos (2014, p. 115), “significa apostar em relações humanas articuladas entre pessoas e grupos que, no debate das diferenças, possam ajustar intenções mais coletivas e produtivas para todos”.

¹⁴ Leia-se rede social como articulação e organização de grupos de pessoas, com características em comum, mantendo uma ligação entre si, mesmo que à distância.

Segundo Miklos (2014, p. 115), por ser uma nova cultura de gestão, a rede requer uma “arquitetura de complementaridade na ação”, já que a atuação em rede supõe a “socialização do poder, o respeito às autonomias e a negociação”.

Miklos (2014, p. 116) conceitua redes sociais como “espaços democráticos que entrelaçam pessoas ou entidades em torno de valores e objetivos comuns”. A principal característica da rede seria a “não existência de um centro de poder ou de uma hierarquia nas relações”.

3.1.1. Ciberativismo

Para analisar o ativismo nos dias atuais, faz-se necessário compreender como se dá a organização dos movimentos em seus novos espaços de articulação, no caso o ciberespaço.

Eugênio Trivinho (2007) considera que o ciberespaço (evocado pela primeira vez pelo escritor norte-americano Willian Gibson no livro “*Neuromancer*”, de 1984) configura-se com um território virtual de circulação e produção simbólica, regido pelas leis do mercado corporativo e das audiências, ou seja, da virtualização, que se dá através do desdobramento internacional em tempo real.

Malini e Antoun (2013, ps. 19 e 20), definem o ciberespaço como “ambientes virtuais comunitários e participativos dos grupos de discussão”. Para os autores, com a emergência desse novo espaço,

(...) a comunicação distribuída suporta uma série de ativismos que vai da distribuição de *hacks* à articulação de ações coletivas contra sistemas totalitários; de campanhas de adesão para determinadas causas sociais ao trabalho de debate intelectual através de um fluxo constante de *replies* ligados a uma discussão teórica. 1984 é o ano em que surge o ciberativismo como sinônimo de ações coletivas coordenadas e mobilizadas coletivamente através da comunicação distribuída em rede interativa (MALINI e ANTOUN, 2013, p. 20).

Os conceitos de “ativismo virtual” ou “ciberativismo” passaram a caracterizar esta nova forma de organização das militâncias políticas por meio da Internet. Esta denominação foi dada pelos próprios usuários e posteriormente incorporada pelos estudiosos do tema.

Segundo Miklos (2014, p. 102), a ampla definição de ciberativismo deve ao fato de “o ciberativismo incluir tanto atividades que são possíveis apenas on-line quanto o uso da Internet como um canal adicional de comunicação para grupos, organizações e movimentos sociais”.

O ciberativismo tem dado suporte e mobilizado importantes manifestações em todo o mundo, a exemplo do *Occupy Wall Street*, da Primavera Árabe e dos Protestos de Junho de 2013 no Brasil.

Segundo Malini e Antoun (2013, p. 152), “a Internet de hoje se transmutou”. Com a emergência das dinâmicas ativistas, já no final da década de 1990, “a atuação social, a mobilização e o engajamento viraram um valor da rede, contrapondo aquele pensamento de felicidade eterna da *web* comercial”.

O que faz estar na ordem do dia a discussão sobre o embate do poder da TV com o poder do *Youtube*. Ou então o debate sobre o poder dos jornais e o poder dos *blogs*. A lista poderia se alongar inutilmente, pois o que está se discutindo é o poder das mídias irradiadas de massa em relação às mídias distribuídas de multidão. Hoje cada vez mais se explora e se esgarça o confronto entre os veículos da informação massiva e as interfaces da comunicação coletiva (MALINI e ANTOUN, 2013, p. 153).

Para os autores, “a mídia irradiada cada vez mais ressalta seu poder de atingir uma quantidade imensa de público em uma só tacada”. (MALINI e ANTOUN, 2013, p. 190).

A comunicação parece ter um papel determinante em toda movimentação destas lutas. Sejam os gigantescos vazamentos de toda informação ofi ciosa primária que escoam pelos Wikileaks e revela às populações o lado escuro da política de seus governos; sejam as intensas redes de conversação que sustentam as populações reunidas nas ruas ou nas praças; sejam os ataques espetaculares à atenção do público global impetrados pelos *hackers* do coletivo Anonymous, rompendo a pauta diária de mentiras e fofocas feitas pelas corporações irradiadoras de notícias; em todas estas instâncias, a comunicação deixou de ser um mero condutor de informação que alimenta a decisão consciente de um eu individual. Nestas vastas redes entrelaçadas de interfaces comunicacionais, distribuídas indiferentemente em salas, mesas ou mãos, os afetos e interesses circulam modulando as intensidades capazes de orientar os movimentos e sustentar a coesão de uma multidão em face das normas e ditames imperiais (MALINI e ANTOUN, 2013, p. 190).

3.1.2. Ciberfeminismo

O termo Ciberfeminismo foi designado para referenciar parte do movimento feminista que se compromete com as causas das mulheres no ciberespaço. O Ciberfeminismo defende que o espaço da mulher deve ser também entendido no contexto das novas tecnologias, mais especificamente o da Internet.

Segundo Marina Lemos (2009, p. 7), o “Ciberfeminismo teve origem em inúmeras redes eletrônicas, anteriores à World Wide Web, como as BBS e Intranets universitárias da Austrália e Alemanha”. Outro fator responsável pela sua origem seria a publicação do *Manifesto Ciborgue: ciência, tecnologia e feminismo-socialista no final do século XX* em 1984, escrito por Donna Haraway, no qual propõe um “rompimento com o marxismo, o feminismo radical e outros movimentos sociais que fracassaram ao operar com as categorias como classe, raça e gênero”.

Um dos problemas enfrentados pelo Ciberfeminismo seria a dificuldade em se alinhar radicalmente às teorias de Haraway (1984), na tentativa de um rompimento com o movimento feminista anterior, o que acabaria por “obliterar sua relação com o passado político do movimento e sua relação com os diferentes contextos culturais femininos”. (LEMOS, 2009, p. 8)

Enquanto os movimentos feministas dos anos de 1960 e 1970 se multiplicaram pelo resultado de sucessivas cisões internas, resultando em grupos que buscavam ações identitárias afins, diferentes grupos ciberfeministas utilizaram a Internet para se reunirem, trocarem experiências e discutirem as relações entre gênero e tecnologia. (LEMOS, 2009, p. 9)

Muitos grupos ciberfeministas lançam mão das novas tecnologias de comunicação para também construírem novos discursos sobre as questões de gênero, incluindo produções audiovisuais e experiências artísticas, de cunho ativista, na Internet.

Marina Lemos (2009, p. 37) afirma que o Ciberfeminismo, entendido como uma prática pós-feminista,¹⁵ foi um “complexo território tecnológico, e também político, no qual seus instrumentos (o vídeo, a Internet e demais tecnologias de comunicação) estão no centro da questão sobre a causa das desigualdades das estruturas de gênero”.

¹⁵ Pós-feminista no sentido de se dar após os movimentos da década de 1960 e 1970.

O Ciberfeminismo, que tem seu maior período de atuação na década de 1990 e início dos anos 2000, pretendeu questionar as relações das mulheres com a tecnologia e as estruturas de gênero na cultura eletrônica do mesmo modo que os feminismos da década de 1960 buscavam questionar as estruturas de gênero em outras estruturas mais básicas. No caso do Ciberfeminismo o ponto de partida questionado são as tecnologias de informação, seu mercado de trabalho, ambos controlados pela ordem patriarcal. (LEMOS, 2009, p. 36)

3.2. Redes de resistência

“Os movimentos sociais em rede são como arautos da mudança social no século XXI”, defende Castells (2013, p. 21). Segundo o autor, “em nossa sociedade, o espaço público dos movimentos sociais é construído como um espaço híbrido entre as redes sociais da Internet e o espaço urbano ocupado” (2013, p. 16). Segundo o autor, ao se conectar os dois espaços, é possível constituir, no âmbito tecnológico e cultural, “comunidades instantâneas de prática transformadora”.

Moraes (2003, p. 210) defende que uma das formas de alcançar a “mundialização das lutas sociais” ocorre por meio da “expansão de redes que entrem visões de mundo afins e deem ressonância a campanhas em prol da democratização da esfera pública”.

As frentes de ação compartilhadas promovem o diálogo, a cooperação descentralizada e uma sociabilidade política baseada em aspirações convergentes. Rede torna-se assim um conceito propositivo, na medida em que dilui a hierarquização do poder entre os participantes e institui relações mais horizontalizadas, abertas ao pluralismo cultural. As conexões que se vão tecendo podem aperfeiçoar táticas de denúncia, resistência, pressão e insurgência contra o *statuo quo* (MORAES, 2003, p. 210).

Sobre a comunicação dos movimentos e a questão que diz respeito a sua autonomia, Castells (2013, p. 16) afirma que “esse novo espaço público, o espaço em rede, situado entre os espaços digital e urbano, é um espaço de comunicação autônoma”. Tal autonomia é vista como “a essência dos movimentos sociais”, pois permite que o mesmo se forme e se relacione com a sociedade, “para além do controle dos detentores do poder sobre o poder da comunicação”.

Segundo Moraes (2008, p. 47), “a cobertura de eventos sociais por meio da Internet acentuou-se a partir de 2000, sob a influência das mobilizações antiglobalização”. Para o autor, a Internet se colocaria à frente dos demais meios midiáticos por sua versatilidade, instantaneidade, interatividade, velocidade e abrangência. Tecnicamente, a comunicação virtual tem relação direta com a possibilidade de edição e escolha daquilo que se quer consumir, podendo alimentar o conteúdo disponível.

Esse modelo de veículo permite que profissionais de comunicação, utilizando-se de ferramentas apropriadas, trabalhem com uma metodologia colaborativa, no intuito de agregar seu conhecimento à elaboração dos mais variados conteúdos da informação. Utilizando-se desses meios, as comunidades ativistas buscam alinhar suas ideias e estratégias por meio de processos de mobilizações promovidas por mecanismos convocatórios que permitem suas organizações mesmo à distância.

Fazendo uso das redes sociais telemáticas, a Internet tem se apresentado como lugar de articulação dos movimentos sociais nos mais diversos países. Como ferramentas de mobilização e organização, as redes sociais telemáticas como o *Facebook* e *Twitter* são vistas como eficientes meios de comunicação, com características de uma organização horizontal e descentralizada.

As redes da vida social confundiram-se com as redes de luta biopolítica no ciberespaço, levado pela reunião de diferentes formas de defesa e resistência, constituindo os novos movimentos das guerras em rede. (...) Através desta mistura, reacendeu-se o estopim das oportunidades de mudança dos anos 60 que envolvem tanto o sentido da democracia e da política na sociedade pós-moderna, quanto o da luta de classes no mundo globalizado (MALINI e ANTOUN, 2013, ps. 55 e 56).

Malini e Antoun (2013, p. 57) defendem que “a participação e o compartilhamento são fundamentais para a construção de uma sociedade mais ativa e democrática”. Para os autores esta realidade estaria na “contramão da noção de glocalidade que marca a submissão dos lugares aos ditames do poder global das redes de regulação”.

As questões que giram em torno da ação coletiva e do bem público envolvem os meios de comunicação na medida em que eles transformam os modos como as pessoas cooperam, sobretudo se eles transformam as maneiras como elas veem a si mesmas e como os outros as veem.

Malini e Antoun (2013) defendem que a parceria está presente na base tanto do funcionamento técnico da Internet como rede, quanto no funcionamento dos serviços de comunicação nela construídos.

A multidão de usuários formada na Internet reinventou o poder de parceria, seja gerando as teias de blogs capazes de quebrar a invisibilidade do usuário comum nos motores de pesquisa e gerar um circuito cooperativo; seja inventando os programas que restabelecem a horizontalidade dos parceiros repartindo recursos de banda e processamento para partilhar informações (MINAR e HEDLUND, 2001 *apud* MALINI e ANTOUN, 2013, p. 89).

As mulheres ativistas perceberam na Internet uma possibilidade para tornar visíveis suas causas, lançar protestos e provocar o desejo de engajamento social nas demais mulheres. As ações on-line utilizam a Internet como um meio alternativo de transmissão de informações, fazendo uso de blogs, listas de e-mails, fóruns de discussão e comunidades de relacionamento.

As ferramentas como os fóruns virtuais, por exemplo, trazem a oportunidade de repensar as estruturas hierárquicas de fala conduzidas na sociedade *off-line*. Isto significa dizer que, no ambiente virtual, é possível que as vozes femininas antes oprimidas possam “soar” na mesma altura que as vozes masculinas.

Por se apresentar como um meio a mais de comunicação no qual se pode prescindir, omitir, ou dissimular características como idade, estado civil e gênero para mostrar suas ideias, as redes sociais digitais têm trazido avanços significativos para o movimento feminista do século XXI.

Malini e Antoun (2013, p. 222) postulam que “o poder de comunicação, no interior das redes, se revela como um trabalho permanente de cultivo de conversações, respostas e controvérsias *on-line*”. Eles defendem que a eficiência dos protestos de rua depende cada vez mais de envolver aqueles que atuam com estes dispositivos. “Não é à toa que uma das transformações mais relevantes no mundo da *web* será a emergência dos ‘blogueiros de rua’¹⁶, que realizam transmissão ao vivo (*streaming*) dos acontecimentos sociais, veiculando-os para os amigos e parceiros”.

¹⁶Segundo Malini e Antoun (2013), o blogueiro de rua é aquele que produz conteúdo ao vivo, para coordenar um movimento. Sua atividade militante continua de ver e difundir fatos em multicanais, sempre conectados “das ruas à Internet”, faz com que as lutas locais tenham visibilidade mundial.

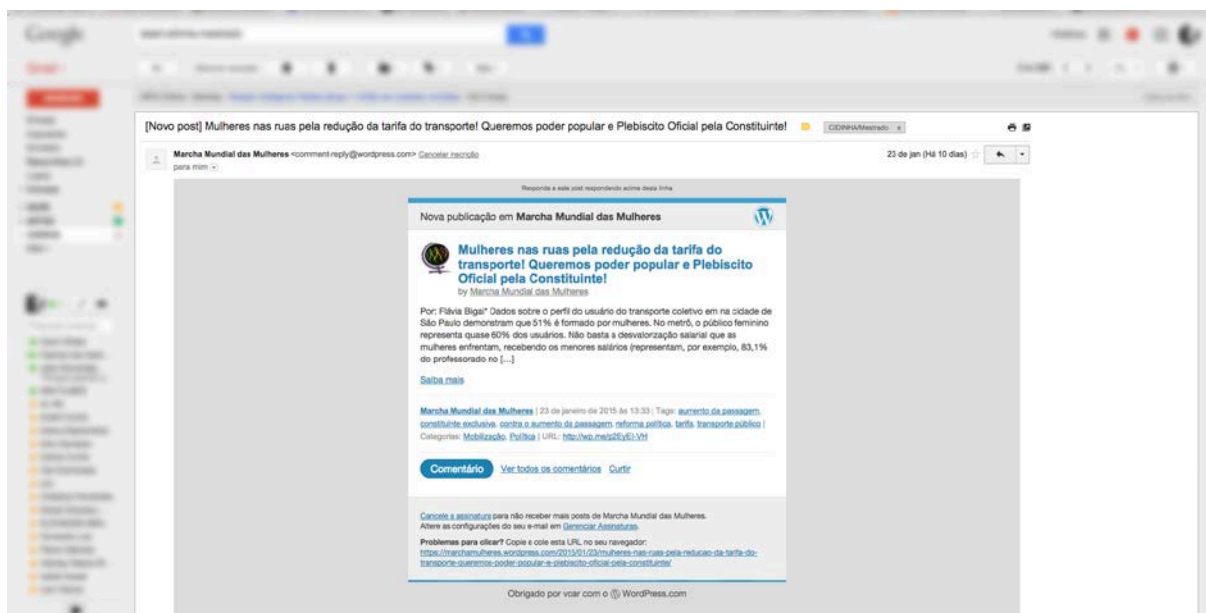
3.3.A Marcha Mundial das Mulheres nas redes

Segundo pesquisa realizada pelo Ibope Media, no segundo trimestre de 2013, mais de 105 milhões de brasileiros estavam conectados à Internet¹⁷. Ainda de acordo com a pesquisa, no período de dois anos, o número de internautas com acesso em casa passou de 57,9 milhões em 2011 para 76,6 milhões em 2013, um aumento de 32%.

A utilização das ferramentas de rede para os movimentos sociais contemporâneos torna-se cada vez mais indispensável. Para um melhor entendimento da utilização desses meios pela Marcha Mundial das Mulheres, serão exibidas a seguir algumas dessas ferramentas de relacionamento e visibilidade de suas ações nas ruas, e suas performances nos últimos anos.

3.3.1. Lista de E-mails

Figura 23 – Lista de E-mails



Fonte: MMM, 2014

¹⁷O estudo abrange pessoas com acesso à web em qualquer ambiente (domicílios, trabalho, *lanhouses*, escolas, locais públicos e outras localidades).

Por meio das listas de e-mails as militantes da Marcha Mundial das Mulheres conseguem divulgar diversas ações e pautas sobre as questões feministas e também outros assuntos de interesse público.

Os endereços eletrônicos são captados de forma espontânea, por meio de inscrição no *Blog* da Marcha, e por outras ações organizadas pelo Coletivo.

O envio de conteúdo não tem uma periodicidade padrão, variando conforme o surgimento de novas pautas e organizações de protestos.

3.3.2. Blogs

O termo *weblog*, segundo Malini e Antoun (2013, p. 117) foi cunhado pelo norte-americano Jorn Barger para se referir ao seu jornal *on-line Robot Wisdom*. O termo é um acrônimo derivado das palavras em inglês *web* e *log* (diário ou bloco de anotações). Ele expressa um site que “*hiperliga* páginas interessantes encontradas na Internet”. *Blog* seria “uma coleção de *links* com comentários breves”.

O *blog* surge como um dispositivo de reunião e seleção de *links* que se direcionam a sites com importantes conteúdos ainda pouco vistos pelos usuários da Internet. “Reunião, seleção e distribuição de *links* são os primeiros valores que compõem uma axiologia da *blogosfera*” (MALINI e ANTOUN, 2013, p. 117).

Em 2008, as jovens da Marcha Mundial das Mulheres criaram o “*Blog* da ofensiva contra a mercantilização do corpo e da vida das mulheres”. As organizadoras perceberam que era preciso uma forma mais ágil para comunicar, articular e divulgar as ações e atividades do movimento.

Mais do que ser um espaço para divulgação das ações, ele passa a ser também espaço em que as militantes que participam do cotidiano da MMM nos estados expressem a sua visão de feminismo por meio de postagens.

Com a presença na Internet, muitos coletivos da Marcha Mundial das Mulheres, em diversos estados brasileiros, criaram seus *blogs*, páginas e grupos no *Facebook*, *Twitter*, *YouTube*, entre outros.

Figura 24 - Blog da Marcha Mundial das Mulheres

The image shows a screenshot of the Marcha Mundial das Mulheres (MMM) blog homepage. The browser address bar shows the URL marchamulheres.wordpress.com. The page has a header with navigation links: Mercantilização, Sexualidade, Aborto, Violência, Cultura, LGBT, Feminismo estrutural, Política, Autonomia Econômica, Mobilização. Below the header is a banner for the 'Marcha Mundial das Mulheres' with the tagline 'Feminismo 2.0 até que todas sejamos livres!'. The main content area features three articles:

- Construir uma economia a partir dos povos e das mulheres**: Published on 11 de Dezembro de 2014 by Marcha Mundial das Mulheres. The article discusses the construction of an economy from the perspective of women and the environment, mentioning a debate in Lima, Peru.
- NOTA DE REPÚDIO À VIOLÊNCIA MACHISTA IMPOSTA À ESTUDANTE KARINNY OLIVEIRA**: Published on 11 de Dezembro de 2014 by Centro Feminista 8 de Março. The article is a statement of repudiation against the violence against student Karinny Oliveira.
- Mulheres do ABC em Marcha para mudar o mundo e a vida das Mulheres!**: Published on 10 de Dezembro de 2014 by Marcha Mundial das Mulheres. The article reports on a march by women from the ABC region of São Paulo.

The sidebar on the right includes a search bar, social media links for Facebook and Twitter, and a 'Siga esse blog' section with a 'Seguir' button. At the bottom, there is a 'Mais fotos' button and a search bar.

Fonte: MMM, 2014

3.3.3. Facebook

O *Facebook* configurou-se em um espaço de encontros e disseminação de ideias muito importante neste século. Segundo dados divulgados pelo próprio *Facebook*, em 22 de agosto de 2014¹⁸, 89 milhões de brasileiros são usuários desta plataforma. Deste montante, 59 milhões de internautas acessam a rede social diariamente.

Figura 25 - Post no Facebook sobre a legalização do aborto



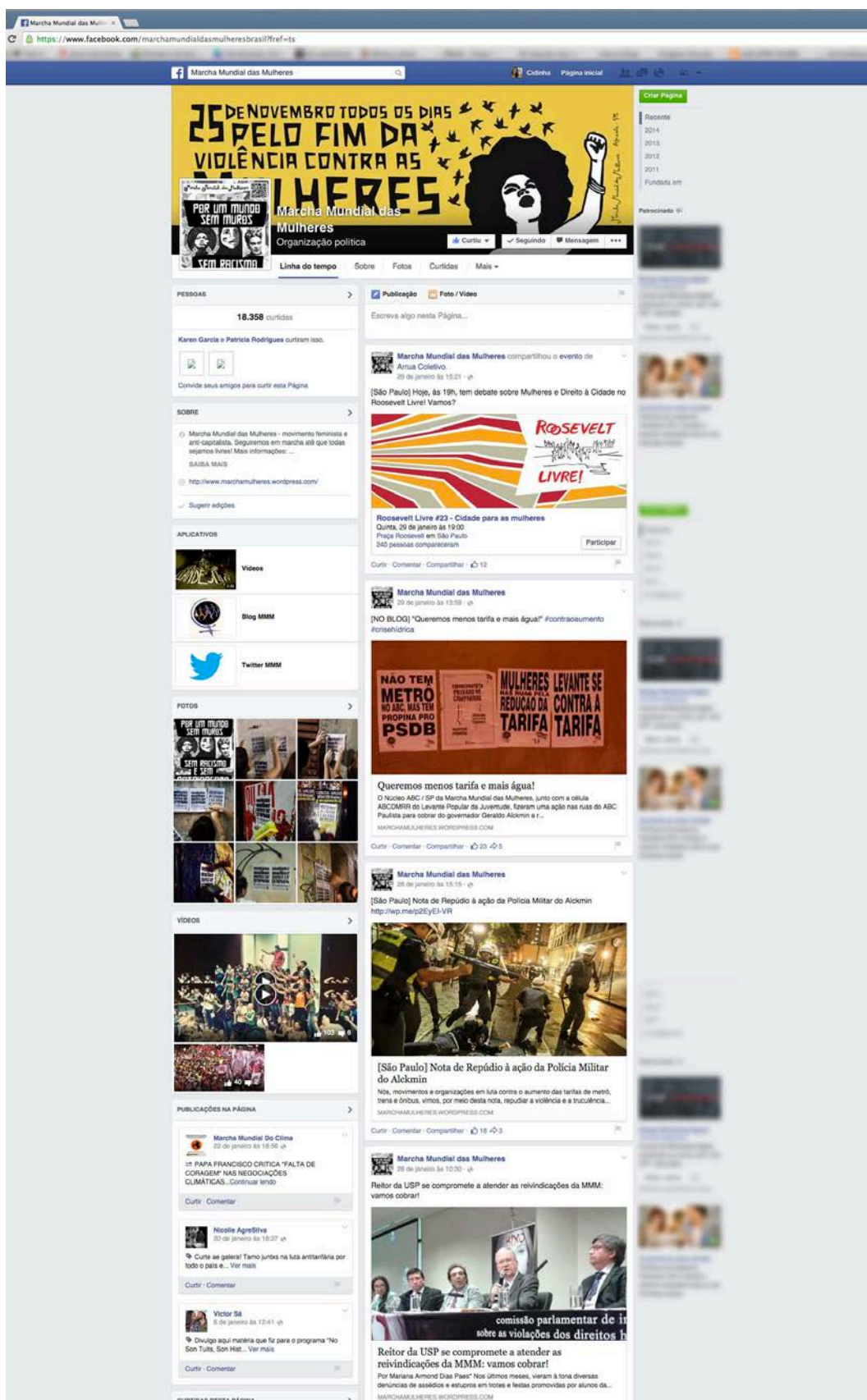
Fonte: MMM, 2014.

Em 2 de fevereiro de 2015, a página oficial da Marcha Mundial das Mulheres no Facebook contava com 18.359 *likes*¹⁹. A cada assunto postado na página, as pessoas têm a oportunidade de comentar, criticar, compartilhar ou simplesmente “curtir” o conteúdo.

¹⁸ Dados referentes ao segundo trimestre de 2014.

¹⁹ O número de “curtidas” ou “*likes*” nas redes sociais telemáticas significa o número de pessoas que simpatizam com o conteúdo publicado na página.

Figura 26 - Fanpage no Facebook



Fonte: MMM, 2014.

3.3.4. Twitter

Malini e Antoun (2013, p. 225) afirmam que “a produção social das mobilizações políticas no Twitter é capaz de gerar quatro grandes grupos de *tweets*: os informativos, os opinativos, os testemunhais e os convocatórios”.

- Os informativos contêm algum tipo de informação sobre o que está ocorrendo em tempo real nas manifestações (como alarmes e denúncias) ou levam às notícias publicadas sobre os fatos ligados às mobilizações. São criados como forma de noticiar o que ocorre ou vai ocorrer nas manifestações. São muito usados para divulgar os acontecimentos ou para os ativistas coordenarem ações coletivas.
- Os opinativos veiculam opiniões dos perfis participantes ou dos sensibilizados com o acontecimento. Embora os *tweets* opinativos descrevam o que a pessoa quer dizer sobre o protesto, eles são muito importantes para incentivar os outros usuários a publicar o que sentem, produzindo assim novos *tweets*.
- Os testemunhais são mensagens criadas por participantes que publicam nas redes sociais as experiências dentro da atividade política. São presenciais, “*tweets* de rua”.
- Por último, os convocatórios (ou apelativos), criados por pessoas que convidam as outras para participarem ou ajudarem na luta (MALINI e ANTOUN, 2013, p. 225).

A página da Marcha Mundial das Mulheres no *Twitter* é um espaço aberto à toda sociedade e permite às mulheres, militantes ou não, contribuírem com conteúdo informativo e interagir diretamente com os mais diversificados públicos das redes sociais.

Figura 27 – Página do *Twitter*



Fonte: MMM, 2014.

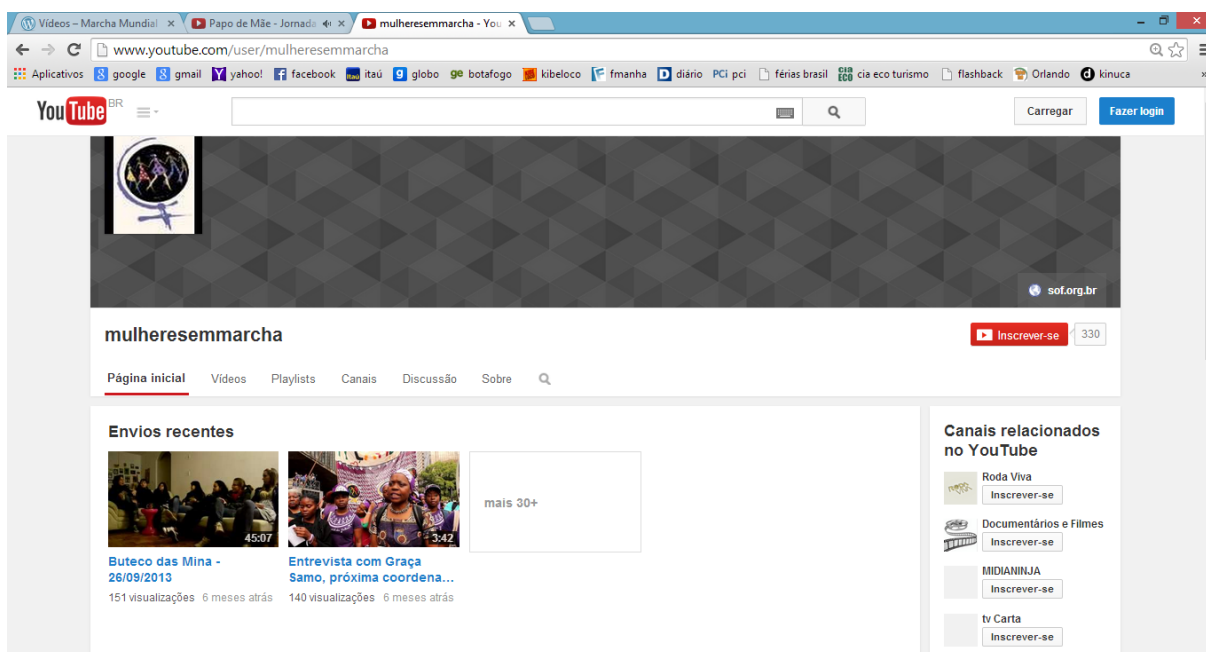
3.3.5. Youtube

O canal da Marcha Mundial das Mulheres no *Youtube* explora um ambiente cada vez mais acessado pelos internautas, com a opção de postagens de material audiovisual e espaço para comentários e compartilhamentos dos vídeos postados nas demais redes sociais. São exibidos vídeos das Marchas, reuniões e encontros das militantes, filmes e documentários, produzidos ou não pelo coletivo.

No dia 25 de fevereiro de 2014, a MMM lançou pela Internet, com exibições em vários pontos do Brasil, o vídeo “Feminismo em Marcha”, feito a partir do 9.º Encontro Internacional da Marcha Mundial das Mulheres. O vídeo foi produzido pela Sempre Viva Organização Feminista (SOF), em conjunto com integrantes do coletivo de comunicadoras da MMM, que surgiu durante a cobertura do Encontro.

A partir das 14 horas, o vídeo Feminismo em Marcha estará disponível na Internet, no canal do *Youtube* da Marcha! À noite, por volta das 19 horas (dependendo do horário que for melhor para cada cidade), haverá exibições coletivas do vídeo nos diversos estados em que a Marcha Mundial das Mulheres está presente! Convidamos a todas e a todos para assistirem e confraternizarem junto com a gente! (Texto exibido nas redes sociais para divulgação do lançamento do filme).

Figura 28 – Youtube



Fonte: MMM, 2014

3.3.6. Rádio Web

A Marcha Mundial das Mulheres também possui como ferramenta uma Rádio Web. O programa apresentado pelas comunicadoras da MMM apresenta os eventos e pautas de lutas políticas, como o plebiscito popular e o enfrentamento contra a violência contra as mulheres, entre outros.

Está no ar o Programa de rádio piloto da Marcha Mundial das Mulheres, produzido pelo Coletivo de Comunicadoras!#8feminista. Falamos sobre: Dia Internacional de Luta das Mulheres, 8 de março; a luta para transformar o sistema político por meio de um plebiscito popular; enfrentamento à violência contra as mulheres e à prostituição; e agroecologia. Escute, baixe, compartilhe!

Figura 29 - Rádio Web MMM



Fonte: MMM, 2014

3.4. Entre redes e ruas

Estaremos nas ruas hoje! É hora de irmos para as ruas, mostrar que a reforma política que queremos não será completa se não for feminista. É preciso uma reforma política que avance no processo de despatriarcalização do Estado em nosso país, aumentando a participação de mulheres na política, garantindo o Estado laico e mexendo nas estruturas patriarcais que balizam o Estado. Em um cenário em que nos parece cada vez mais difícil falar nos direitos das mulheres, como a questão do aborto, estamos com a faca e o queijo na mão para realizar as mudanças necessárias rumo a um país mais justo para nós.

A Marcha Mundial das Mulheres utiliza o espaço de divulgação das redes sociais telemáticas para movimentar as ativistas em eventos diversos.

Figura 30 - Post convocando para ação nas ruas



Fonte:MMM, 2014

Além das marchas e encontros nacionais e internacionais, existe também a organização de eventos presenciais, transmitidos em tempo real pelas ferramentas de rede.

3.4.1. #ButecoDasMina

Uma vez por semana as militantes da Marcha Mundial das Mulheres se encontram para conversar sobre os assuntos que são destaques na semana. O conteúdo dos debates é exibido na rede, por meio das *twitcams*²⁰.

O Butecodas Mina foi inaugurado em abril de 2012 e geralmente conta com a participação especial de alguma convidada para enriquecer o debate. A participação das ativistas *on-line*, comentando ao vivo, é o objetivo principal desta ação. Segundo as militantes, a proposta não é dar “palestra na *webcam*”, e sim conversar sobre os temas relevantes de forma instrutiva.

Figura 31 - Banner de divulgação do Butecodas Mina



Fonte: MMM, 2014

²⁰ Transmissões de vídeo pelo *Twitter*.

As notícias da semana que são transmitidas nas mídias de massa são discutidas na mesa e também são apresentadas dicas culturais e de passeios.

Sugestões de pauta, comentários e perguntas são aceitas por meio da participação nas redes sociais pelo perfil @marchamulheres ou com a tag #butecodasmina. A duração dos debates é de 40 minutos.

3.4.2. Outros eventos

Por ocasião da 4.^a Ação Internacional da Marcha Mundial das Mulheres, que acontecerá em 2015, a “Fuzarca Feminista” organizou a “Clandestinas – A Festa!”, classificada como “uma balada colaborativa”.

Segue abaixo o texto compartilhado nas redes sociais:

A MMM é um movimento social que consegue reunir mulheres de todos os cantos (trabalhadoras do campo, das cidades, mulheres quilombolas, universitárias, negras, lésbicas, bissexuais, jovens, "adultas" e tantas outras) em torno da luta concreta, cotidiana e popular contra a opressão das mulheres e por um outro mundo possível.

Para organizar nossa luta, a gente tem que partir da construção coletiva e solidária, que passa de um modo mais amplo por compartilhar com outros movimentos sociais as agendas que nos unem e construir a luta coletivamente a partir daí, mas que passa também, em um nível mais concreto, pela necessidade de criar coletivamente estratégias pra financiar nossa luta. Afinal, apesar de querermos mudá-lo, a gente AINDA vive nesse mundo e nesse sistema econômico onde transporte, alimentação, papel, tinta, tecido, cadeira e etc. custam dinheiro...

É com esse propósito de criar estratégias coletivas pra financiar nossa luta que vamos organizar esse sábado, no centro de São Paulo, uma festa: CLANDESTINAS - A FESTA.

Então além de se divertir, encontrar @s amig@s, dançar e celebrar a felicidade como um ato de resistência a esse modo de viver que nos endurece e nos isola, você ainda vai poder contribuir com a organização da 4.^a Ação Internacional da Marcha Mundial de Mulheres, que acontece em 2015.

Cola lá, gente!!

E confirma sua presença aqui, ó:

<https://www.facebook.com/events/1492416654353462/>. (MMM, 2014)

Figura 32 - Divulgação do Rolê Colaborativo para 4ª. Ação da MMM



**Rolê colaborativo para
arrecadar fundos para 4º ação
internacional da MMM**

CLANDESTINAS

A FESTA

Dj Camila Furchi
Dj Natoka

Dia 29/11 às 20h
R\$ 5 Entrada
cerveja a preço
universitário
Porão da SanFran
Riachuello, 195

Fuzarca Feminista 

Fonte: MMM, 2014

Evidencia-se o crescente número de protestos de cunho socioeconômico à proporção que as causas passam pelo processo de globalização. A proposta colaborativa aponta o empenho voluntário e militante de apuração, redação, edição e atualização de páginas, organização de bases de dados e montagem e manutenção de redes.

Moraes adverte, no entanto, que é preciso avaliar as perspectivas e afastar-se de possíveis ilusões. Ele afirma que “precisamos considerar que a expansão tecnológica não suprime e até pode repor divisórias entre conectados e desconectados provocadas por desiguais condições de acesso e usufruto” (2008, p. 55).

A universalização dos acessos depende, entre outras coisas, de políticas socioeconômicas inclusivas, do desenvolvimento de infraestruturas de rede, do barateamento de custos teleinformáticos e de formação educacional condizente. É essencial combater a infoexclusão de populações de baixa renda e clamar por políticas públicas que intensifiquem os usos sociais, culturais, educativos e políticos das tecnologias (MORAES, 2008, p. 56).

Ainda que imerso num contexto de acessibilidade sem precedentes, a comunicação e suas ferramentas são inerentes ao ambiente socioeconômico do indivíduo e, nesse sentido, observa-se que a participação efetiva do estado, como ente promotor de políticas sociais inclusivas, é fundamental para a disseminação cultural e popular do acesso à informação, em sua versão mais franca e imparcial de apresentação, com o objetivo de promover a capacidade do corpo social, por meio da comunidade, reescrever sua história e cultura.

Moraes (2008, p. 61) acredita que a comunicação alternativa em rede, de caráter contra-hegemônico, “tende a inserir-se, gradativamente, no rol de iniciativas que visam construir uma cultura de solidariedade social baseada numa ética de reciprocidades entre os sujeitos comunicantes”.

A práxis virtual pauta-se por especificidades que a distinguem claramente dos meios convencionais, mas há uma relação de complementaridade com o real. (...) Trata-se de agregar aos meios tradicionais de difusão contra-hegemônica os espaços, recursos e ferramentas virtuais. Em síntese, aproveitar esse somatório de possibilidades de veiculação alternativas na longa e árdua ação política transformadora (MORAES, 2008, ps. 61 e 62).

Moraes (2008, p. 60) ressalta que “não se trata de conceber a Internet como “eldorado digital” ou como meio capaz de suplantar o poderio midiático. É uma frente a mais a explorar na intrincada arena político-ideológica da comunicação”.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Como observado, a comunicação assumiu uma centralidade no mundo contemporâneo. Seja no sentido de produção, reprodução e expansão do capitalismo, seja na contestação, rebeldia e insurgência, os meios de comunicação aparecem como constituintes fundamentais da sociedade a determinar transformações no mundo.

Tendo conhecimento da conexão existente entre comunicação e comunidade, que seria a comunhão, o compartilhamento de ideias em comum, observa-se que esta relação se torna essencial aos movimentos sociais, principalmente pelo seu caráter de engajamento e mobilização de indivíduos em busca de soluções que sejam favoráveis ao coletivo.

É comum identificar em movimentos e manifestos sociais o uso dos mais diversos meios de comunicação para as mais distintas funções, sejam elas chamamento, esclarecimento, organização, entre outros. Com o crescimento do uso das novas tecnologias de comunicação, com amplo acesso à rede, nos mais variados aparatos, que vão de computadores aos dispositivos móveis, sua participação tem atraído cada vez mais militantes, tornando-se essenciais aos novos movimentos sociais.

Em recente manifesto de repúdio à violência, vinculada a razões de fundamentalismo religioso, ocorrida em 7 de janeiro de 2015, na cidade de Paris, enquanto se desenvolvia esta conclusão, foi possível observar a forma de articulação da sociedade por meio das redes e seu momento de maior impacto em que as pessoas passam a ocupar ruas e praças públicas, em inúmeros países, para contestar o ocorrido.

Seguindo a proposta inicial desta pesquisa, de analisar como acontece esta articulação entre ruas e redes para a visibilidade midiática dos movimentos sociais, por meio de análise sobre a ação da Marcha Mundial das Mulheres, conclui-se sobre o importante papel de sustentação e inter-relação destes espaços na missão de tornar suas causas visíveis para a sociedade, tornando-as assuntos relevantes e de necessária discussão.

Uma questão apresentada nesta pesquisa é que, mesmo com o amplo alcance da comunicação em rede, não se pode negligenciar a importância do

vínculo para que a comunicação de fato aconteça. Mesmo sendo uma comunicação conhecida como “a distância”, o sentimento de vínculo é necessário para que haja envolvimento com a causa, com o movimento em si.

Apesar de apresentar benefícios como redução do espaço, facilidades na transmissão e conservação das mensagens, o distanciamento físico entre os membros de um coletivo pode não conseguir o envolvimento necessário dos participantes, gerando o que muitos chamam de “ativismo de sofá”.

A importância da proximidade evidencia a necessidade da comunicação elementar humana, aqui estudada como comunicação primária (PROSS, 1972). A comunicação terciária, aqui exemplificada como as das redes telemáticas, por vezes amplia a visibilidade e extensão da comunicação, embora não seja suficientemente capaz de ampliar e fortalecer as relações sociais mais próximas. A crítica feita às mídias terciárias sobre o enfraquecimento dos laços entre familiares e amigos defende a perda de espaço do convívio, do diálogo, para a diversão eletrônica, mediada por aparelhos, criadores de distância e carências, devido à falta de vínculos, evidencia a necessidade já apontada por Romano (1993) por uma ecologia da comunicação.

Considerada uma das principais formas de comunicação utilizadas para mobilização e engajamento social, as mídias radicais atuam neste cenário como provocadoras de discussões que muitas vezes são ignoradas pela mídia convencional. Seu caráter alternativo e irreverente tem a função de dar cobertura e visibilidade às manifestações realizadas. São radicais porque precisam chamar o máximo de atenção possível com um orçamento normalmente reduzido frente ao poderio da grande mídia de massa tradicional.

Em resposta à hipótese inicial, de que a MMM se apropria dos meios de comunicação, sejam elas de caráter primário, secundário ou terciário (segundo a teoria da mídia de Harry Pross) em busca de maior visibilidade, mobilização e engajamento para a discussão de suas pautas, construindo assim experiências de mídia radical (segundo Downing) no trilho de uma ecologia da comunicação (de acordo com Vicente Romano), a pesquisa apresenta ao longo de seus capítulos a relação de complementaridade entre redes e ruas, presentes na comunicação do coletivo Marcha Mundial das Mulheres.

A comunicação primária, que prima pela proximidade, pelo contato pessoal, essencial para a motivação e encorajamento, está presente nas marchas,

caminhadas, encontros e cursos de formação, ocupando os espaços públicos, chamando a atenção da sociedade para as causas defendidas.

A comunicação secundária pode ser vista nas diversas mídias radicais expostas na pesquisa, como cartas, cartazes da operação “Lambe-lambe”, instrumentos musicais confeccionados pelas mulheres para a Batucada Feminista, a “Colcha da Solidariedade”, também produzida por elas e depois exposta em museus e eventos do coletivo, entre outros.

A comunicação terciária, por meio das redes, vista como essencial para maior alcance e continuidade na comunicação com os militantes e simpatizantes, é amplamente utilizada, em especial os novos espaços das chamadas redes sociais. Seu caráter radical contra-hegemônico possibilita a veiculação e discussão das mais diversas pautas.

A discussão sobre o modo como a MMM se apropria das mídias no intuito de promover o processo de mobilização, participação e compartilhamento de informações e como esses meios se integram e se transformam quando empregados pelo movimento foi delineada no decorrer dos capítulos, com a apresentação de imagens e histórico das ações realizadas pelo movimento nos últimos 14 anos.

Conclui-se que o ciberespaço proporciona facilidades na troca e compartilhamento de dados e na rápida transmissão de informações. No entanto, para engajar e aproximar as pessoas é preciso convívio, afeto e corpo presente. Por isso a importância de rua e rede. E também por isso a importância do equilíbrio na escolha das mídias, não deixando a comunicação primária esquecida.

A rede, por meio de suas ferramentas de relacionamento e constante troca de conteúdo, proporciona visibilidade e interesse pelo engajamento e participação no movimento. A rua, com todo seu potencial de comunicação primária, tende a fortalecer os vínculos sociais criados. Somente a presença, a proximidade, a troca de experiências, conseguirão engajar os ativistas de fato.

REFERÊNCIAS

ADOVASIO, J. M; SOFFER, Olga; PAGE, Jake. **Sexo invisível**. São Paulo: Editora Record, 2009.

BAITELLO JR., Norval. **A era da Iconofagia**. São Paulo: Hacker Editores, 2005.

_____. **A serpente, a maçã e o holograma**. São Paulo: Editora Paulus, 2010.

BEAUVOIR, Simone de. **O segundo sexo**. São Paulo: Difusão Europeia do Livro, 1961.

CAPES. **Banco de Teses da CAPES**. Disponível em:
<http://bancodeteses.capes.gov.br/>. Acesso em: 08 jan. 2015.

CARTA CAPITAL. **Escritório Feminista**: O que as feministas defendem? Disponível em: <http://www.cartacapital.com.br/blogs/escritorio-feminista/o-que-as-feministas-defendem-3986.html>. Acesso em: 27 nov. 2014.

CASTELLS, Manuel. **A Sociedade em Rede**. São Paulo: Editora Paz e Terra, 1999.

_____. **A Galáxia da Internet**. São Paulo: Jorge Zahar Editor Ltda., 2003.

_____. **Redes de indignação e esperança**. Rio de Janeiro: Zahar, 2013.

CONTRERA, Malena Segura. Publicidade e Mito. In: CONTRERA, Malena Segura; HATTORI, Osvaldo Takooki. **Publicidade e Cia**. Editora Thompson, 2003.

CYRULNIK, Boris. **Os alimentos do afeto**. São Paulo: Editora Ática, 1995.

DELPHY, Christine. Patriarcado. In. HIRATA, Helena (Org.). **Dicionário Crítico do Feminismo**. São Paulo: Editora UNESP, 2009

DEVREUX, Anne-Marie. Família. In. HIRATA, Helena (Org.). **Dicionário Crítico do Feminismo**. São Paulo: Editora UNESP, 2009

DOWNING, John D. H. **Mídia radical**: rebeldia nas comunicações e movimentos sociais. São Paulo: Senac, 2004.

EISLER, Riane. **O cálice e a espada** – Nossa história, nosso futuro. Rio de Janeiro: Imago editora, 2007.

FACEBOOK. **Rolê Colaborativo**. Disponível em: <https://www.facebook.com/events/1492416654353462/>. Acesso em: 25 nov. 2014.

FACEBOOK. **Fuzarca Feminista**. Disponível em: <http://facebook.com.br/fuzarcafeminista/>. Acesso em: 25 nov. 2014.

BLOGUEIRAS FEMINISTAS. **Marcha das Margaridas**. Disponível em: blogueirasfeministas.com/2011/08/marcha-das-margaridas-2011/. Acesso em: 22 nov. 2014.

EXAME INFO. **Ibope aponta que acesso à internet cresce 3% no 2º trimestre**. Disponível em: <http://info.abril.com.br/noticias/tecnologia-pessoal/2013/10/ibope-aponta-que-acesso-a-internet-cresce-3-no-2-trimestre.shtml>. Acesso em 31 jan. 2015.

FOUGEYROLLAS-SCHWEBEL, Dominique. Movimentos Feministas. In. HIRATA, Helena (Org.). **Dicionário Crítico do Feminismo**. São Paulo: Editora UNESP, 2009.

GALILEU. **Matriarcado**. História ou mito? Disponível em: http://revistagalileu.globo.com/EditoraGlobo/componentes/article/edg_article_print/1,3916,938505-1719-1,00.html. Acesso em: 21 nov. 2014.

GELEDÉS. **Instituto da mulher negra**. Disponível em: <http://arquivo.geledes.org.br/areas-de-atuacao/questoes-de-genero/265-generos-em-noticias/3576-lancamento-da-3o-acao-internacional-da-marcha-mundial-das-mulheres/>. Acesso em: 3 jan. 2015

GÊNESIS. **A Bíblia de Jerusalém**. São Paulo: Paulus, 2004.

HIRATA, Helena (Org.). **Dicionário Crítico do Feminismo**. São Paulo: Editora UNESP, 2009.

HOUAISS. **Grande Dicionário Houaiss da língua portuguesa**. Disponível em: <http://houaiss.uol.com.br/>. Acesso em 8 set. 2014.

JOHNSON, Allan G. **Dicionário de sociologia**: guia prático da linguagem sociológica. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1997.

LE MOS, Marina. **Ciberfeminismo**: novos discursos do feminino em redes eletrônicas. Mestrado em Comunicação e Semiótica. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 2009.

MACHADO, Arlindo. Prefácio. In: DOWNING, John. **Mídia Radical**: rebeldia nas comunicações e movimentos sociais. São Paulo: Senac, 2004.

MARCHA DAS VADIAS. **Marcha das Vadias Distrito Federal**. Disponível em: <http://marchadasvadiasdf.wordpress.com/sobre/>. Acesso em: 23 nov. 2014.

MARCHA MUNDIAL DAS MULHERES. **Batucada Feminista**. Disponível em: <https://marchamulheres.wordpress.com/batucada-feminista/>. Acesso em: 4 fev. 2014.

MARCHA MUNDIAL DAS MULHERES. **Butecodas Mina**. Disponível em: <https://marchamulheres.wordpress.com/buteco-das-mina/>. Acesso em: 5 fev. 2014.

MARCHA MUNDIAL DAS MULHERES. **Coletivo de Comunicadoras**. Disponível em: <https://marchamulheres.wordpress.com/coletivo-de-comunicadoras-da-mmm/>. Acesso em: 5 fev. 2014.

MARCHA MUNDIAL DAS MULHERES. **MMM**: trajetórias de luta e de vida. Disponível em: <http://marchamulheres.wordpress.com/2013/05/21/marcha-mundial-das-mulheres-trajetorias-de-luta-e-de-vida/>. Acesso em: 12 dez. 2014.

MARCHA MUNDIAL DAS MULHERES. **MMM nas redes**. Disponível em: <https://marchamulheres.wordpress.com/mmm-na-rede/>. Acesso em: 2 fev. 2014.

MARCHA MUNDIAL DAS MULHERES. **MMM nas ruas**. Disponível em: <https://marchamulheres.wordpress.com/mmm/nas-ruas/>. Acesso em: 2 fev. 2014.

MARCHA MUNDIAL DAS MULHERES. **Mulheres do ABC em Marcha para mudar o mundo e a vida das mulheres**. Disponível em: <https://marchamulheres.wordpress.com/2014/12/10/mulheres-do-abc-em-marcha-para-mudar-o-mundo-e-a-vida-das-mulheres/>. Acesso em: 12 dez. 2014.

MARCHA MUNDIAL DAS MULHERES. **Operação Lambe-Lambe**. Disponível em: <https://marchamulheres.wordpress.com/operacao-lambe-lambe/>. Acesso em: 5 fev. 2014.

MARCHA MUNDIAL DAS MULHERES. **O que é a Marcha Mundial das Mulheres?** Disponível em: <http://marchamulheres.wordpress.com/mmm>. Acesso em: 2 fev. 2014.

MEIO E MENSAGEM. **Facebook tem 89 milhões de usuários no Brasil**.

Disponível em:

<http://www.meioemensagem.com.br/home/midia/noticias/2014/08/22/Facebook-tem-89-milhoes-de-usuarios-no-Brasil.html#ixzz3Qc48FQYj/>. Acesso em 31 jan. 2015.

MIKLOS, Jorge. **Violência de Gênero no Brasil Contemporâneo**: uma leitura a partir das Ciências Sociais. São Bernardo do Campo, 2011. Monografia (Ciências Sociais) - Faculdade de Humanidades e Direito, Universidade Metodista.

_____. **Cultura e Desenvolvimento Local** – Ética e Comunicação Comunitária. São Paulo: Érica, 2014.

MISKOLCI, Richard. **A teoria queer e a sociologia**: o desafio de uma analítica da normalização. Sociologias. Porto Alegre, ano 11, v. 1, n. 29, 2009.

MORAES, Dênis de. Comunicação alternativa em rede e difusão contra-hegemônica. In. COUTINHO, Eduardo Granja (org.). **Comunicação e Contra-Hegemonia**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2008.

MONTAGU, Ashley. **Tocar. O significado humano da pele**. São Paulo: Summus, 1988.

MORENO, Tica. **A Marcha Mundial das Mulheres**. Entrevista concedida ao Blog da Mulher/Viomundo, em 22/03/2010. Disponível em: <http://www.viomundo.com.br/blog-da-mulher/marcha-mundial-das-mulheres-entenda-porque-precisamos-marchar-aos-milhares.html/>. Acesso em: 8 dez. 2014.

OAB. Ordem dos Advogados do Brasil. **O caso Doca Street**. Disponível em: <http://www.oabsp.org.br/sobre-oabsp/grandes-causas/o-caso-doca-street/>. Acesso em: 03 jan. 2015.

PAIERO, Denise. **Os símbolos vivem mais que os homens**. São Paulo: Annablume, 2007.

PAIVA, Raquel. **Para reinterpretar a Comunicação Comunitária**. Rio de Janeiro: Editora Mauad, 2007.

_____. **Contra-Mídia-Hegemônica**. In. COUTINHO, Eduardo Granja (org.). **Comunicação e Contra-Hegemonia**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2008.

PODOMATIC. **RádioMarcha Mundial das Mulheres**. Disponível em: http://marchamulheres.podomatic.com/entry/2014-03-06T09_05_57-08_00/. Acesso em: 12 dez. 2014.

PORTAL TERRA. **Dia da Mulher é marcado por protestos no Brasil**. Disponível em: <http://noticias.terra.com.br/brasil/cidades/dia-da-mulher-e-marcado-por-protestos-em-todo-o-brasil,40b88698532a4410VgnVCM20000099cceb0aRCRD.html/> Acesso em: 08 mar. 2014.

PROSS, Harry. **Medienforschung**. Darmstadt: Carl Habel, 1972.

_____. **A sociedade do protesto**. São Paulo: Anna Blume, 1997.

ROMANO, Vicente. **Ecología de la comunicación**. Hondarribia: ArgitaletxeHiru, 2004.

_____. **El tiempo y el espacio en la comunicación**. Hondarribia: ArgitaletxeHiru, 1998.

_____. **Desarrollo y progreso**-Por una ecología de la comunicación. Barcelona: Teide, 1993.

SANTOS, Milton. **Por uma outra globalização**. Rio de Janeiro: Record, 2000.

SARTI, Cynthia. **Feminismo e contexto: lições do caso brasileiro**. Cadernos Pagu (16) 2001: ps. 31-48. Recebido para publicação em setembro de 2001.

SCHERER-WARREN, Ilse. **Redes de movimentos sociais**. São Paulo: Loyola, 1996.

SODRÉ, Muniz. O jogo contra-hegemônico do diverso. In. COUTINHO, Eduardo Granja (org.). **Comunicação e Contra-Hegemonia**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2008.

SOF - Sempreviva Organização Feminista. **A SOF: Quem somos?** Disponível em: <http://www.sof.org.br/a-sof/quem-somos/>. Acesso em: 06 mai. 2014.

TELES, Maria Amélia de Almeida. **Breve História do Feminismo no Brasil**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1993.

TORO, José Bernardo. WERNECK, Nísia Maria Duarte. **Mobilização social: um modo de construir a democracia e a participação**. Belo Horizonte: Autêntica, 2004.

TRAT, Josette. Movimentos Sociais. In HIRATA, Helena (Org.). **Dicionário Crítico do Feminismo**. São Paulo: Editora UNESP, 2009

TRIVINHO, Eugênio. **A dromocracia cibercultural: Lógica da vida humana na civilização mediática avançada**. São Paulo: Paulus, 2007.

TWITTER. **Marcha das Mulheres**. Disponível em: <https://twitter.com/marchamulheres>. Acesso em: 14/12/14

UNESCO. **Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura**. Disponível em: <http://www.onu.org.br/onu-no-brasil/unesco/>. Acesso em: 14 mai. 2014.

WILLIAMS, Raymond. **Marxismo e Literatura**. Rio de Janeiro: Zahar, 1979.

YOUTUBE. **Mulheres em Marcha**. Disponível em: <http://www.youtube.com/user/mulheresemmarcha/>. Acesso em: 12 dez. 2014.